

DEFATO

BELO HORIZONTE / ANO UM / NÚMERO 9 / Cr\$ 5,00



PRISÕES EM BH

(onde o filho chora e a mãe não ouve)



Prefeitura quer tirar o povão do Parque

Passageiros

quebram lotação

no Engenho Nogueira

Álvaro Antônio

Como ganhar eleições

em cima do viaduto

HPS:

para socorrer

ou para matar?

MAUDITAS SEAN TODAS LAS CERCAS!
 MAUDITAS TODAS LAS PROPIEDADES PRIVADAS
 QUE NOS PRIVAN DE VIVER E DE AMAR!
 MAUDITAS SEAN TODAS LAS LEYES,
 AMANADAS POR UNAS POCAS MANOS
 PARA EMPARAR, CERCAS E BUEYES
 Y HACER LA TIERRA ESCLAVA
 Y ESCLAVOS, LOS HUMANOS!
 D. PEDRO CASALDÁLIGA

DEFATO

Uma publicação da Editora Textual Ltda.

Editor responsável: Aloísio Moraes Martins

Comissão de redação: Aloísio Moraes Martins, Paulo Rios Silveira, Kenneth Albernaz, José Amaro Siqueira, Beth Almeida, Beth Fleury, Fernando Assunção, Jurani Garcia, Mirian Chrystus, Marco Antônio Campos, Marco Aurélio Cozzi e Luciano Valle Cintra.

Colaboradores: Flaminio Fantini, Beth Cataldo, Nilson Azevedo, João Batista dos Mares Guia, Celso Machado, Lor. Weiss, Roberto Wagner, Gazineli, Nem de Tal, Antônio Maria, Auremar de Castro, João Delpino, Durval Campos Guimarães, Rodrigo Leste

Diagramação e montagem: José Amaro Siqueira, Beto Fatorelli, Paulo Rios, Dione Maria Dutra, Ana Lúcia e Ivete

Publicidade: Representação exclusiva em outros Estados e interior:

REPUBLICAR - Av. Amazonas, 314, conj. 2207/08 - Tel. 224-1498 - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16 - conj. 501 2. Tel. 221-6680; São Paulo: Rua Nestor Pestana, 30, conj. 35 6. Tel. 256-9370.

Redação e Administração: Av. do Contorno, 2399 - Fundos - Floresta - Belo Horizonte, CEP 30.000 - Tel. 226-2841 (de 2ª a 6ª feira, de 12 às 18 horas).

Composição e Impressão: Editora Santa Edwiges - Av. Teresa Cristina, 1665 - Tel. 337-1511 - Belo Horizonte.

Distribuição: Editora Textual Ltda.

DE FATO é encontrado à venda no Rio na Livraria Muro (Rua Visconde de Pirajá, 82, Ipanema), Livraria Folhetim (Av. Prado Júnior, 48, Loja, 6, Copacabana), Livraria Francisco Alves (Rua Farnes de Amoedo, 57, Ipanema). Em São Paulo, na Livraria CHRIS, CAFÉ PARIS, Livraria LOOK, Livraria CIÊNCIAS HUMANAS e nas bancas do Aeroporto e Rodoviária. Em Porto Alegre na Livraria COLETANEA (Mercado Público, 61 - sala 2. DE FATO Nº 9 - BELO HORIZONTE - MG

Dezembro/1976





Nas casas de horrores a dor e o desespero dos marginalizados

Kenneth Albernaz

Quem passar pelo casarão da rua Pouso Alegre à meia-noite e ouvir gritos cavernosos, gemidos e choro, pode pensar que em plena Belo Horizonte estão aparecendo fantasmas; que almas penadas retornaram para sofrer e se lamentar sobre a terra. Se ouvir rangido de correntes, provavelmente ficará com os cabelos em pé e terá vontade de correr daquelas paragens...

Mas Belo Horizonte é uma cidade moderna e de arquitetura aberta, não sendo o habitat ideal para assombrações e fantasmagorias... E o desgarrado noturno, continuando pela avenida Antônio Carlos, ao chegar na praça de São Cristóvão, pode sentir de novo a impressão incômoda de estar cercado por fantasmas e zumbis... Talvez em seu pressentimento, ou pileque, não consiga ligar as duas vizinhanças à sua impressão...

O bafo angustiante que se sente ao passar por aqueles locais não é bem de cemitérios e mausoléus malditos: é de masmorras, e a maldição só pesa sobre os desgraçados que o sistema atira ali. Nesses dois locais ninguém grita ou geme para assustar os notívagos: é de dor e desespero mesmo. Eles é que estão assustados.

O casarão mal-assombrado da rua Pouso Alegre, 417, bairro Floresta chama-se Delegacia Especializada de Furtos e Roubos. E um eufemismo do secretário de Segurança denominou o Depósito de Presos da Lagoinha de «Centro de Triagem».

O belo-horizontino que se aventura a ler as páginas policiais da imprensa diária já está acostumado com esses nomes. Volta a meia seus hóspedes deixam de ser a notícia e esses «hotéis» é que passam a merecer manchete.

É um ciclo vicioso que existe no sistema policial carcerário de Minas Gerais, que coloca esses dois estabelecimentos no alto de páginas. Ora são presos que matam colegas de cela na DFR, ora as mortes são mais ou menos obscuras. De vez em quando há uma revolta no Depósito, ou deputados o visitam. Promotores também gostam de ir ali, e até o secretário de Segurança já se dignou a olhá-lo por dentro. A Furtos foi aberta uma vez para a imprensa, tudo bonitinho. Havia um cheiro de tinta e DDT no ar, as celas estavam quase vazias, e apenas uma sala, das mostradas, não pôde ser descrita, atendendo-se a pedidos do delegado: ali havia máquinas estranhas, cordas, cavaletes, argolas e outros instrumentos bastante sugestivos.

Mas a Furtos e sua sala secreta não existem apenas para divertimento dos policiais. Elas fazem parte de uma organização policial, judiciária e penitenciária, em tudo falha. Se a polícia fosse melhor aparelhada, material e humanamente, não precisaria daquela sala para extrair confissões; praticamente a única forma de se apurar furtos. Primeiro o alcagüete, que diz ao policial quem está furtando. Depois o policial precisa saber o que e onde o homem furtou. Ele não conta de graça e por isto o «interrogatório tem de ser mais rigoroso», segundo a terminologia empregada quando se quer dizer que o coitado sofreu torturas medievais, acrescidas com as maravilhas da era da eletricidade.

POR QUE DEPOSITO?

O secretário de Segurança do Estado, coronel Venício Alves da Cunha, nunca se negou a dar entrevistas coletivas quando seus «hotéis» viram notícia. Mas ele faz questão de dizer, que não existe nenhum Depósito de Presos em Belo Horizonte, pois «preso não se deposita, ele não é coisa». Apesar do sofisma, o Presídio Central, construído em 1958 pelo governo Bias Fortes para servir como Centro de Triagem, foi gradativamente transformando-se em um depósito de fato. Ali, condenados inadaptados ao sistema de semi-liberdade de Neves, os que ainda estão com situação penitenciária indefinida, os presos correccionais e muitos outros vão sendo deixados, até que se descubra o que fazer com eles.

O Depósito de Presos tem 14 celas, uma delas destinada aos policiais de segurança. As maiores têm 6 passos médios por cinco, e as menores (duas) têm 4 por 2. Cada uma tem uma instalação sanitária. Os pisos, bem como as paredes, são de ladrilho e, nas janelas e portas, grades nuas, reforçadas, faz um frio intenso lá em baixo. Nas maiores cabem de 20 a 30 homens e nas duas menores, as solitárias, cabem 4 homens.

Seu sistema de segurança é considerado perfeito, o que torna a fuga impossível. Por isso, de centro triagem passou a ser usado para segurar presos fujões ou inadaptados, mesmo ao sistema mais fechado de Linhares, em Juiz de Fora. As celas, 7 de cada lado, dão para um corredor, e existem dois pátios. Um para trânsito de viaturas e outro para banho de sol, onde ficam também os chuveiros. Rodeando tudo, um muro de mais

de seis metros de altura. Supondo que o preso saia da cela e domine a guarda, ele tem que passar por pelo menos dois portões, um gradeado e outro de aço reforçado. Mas estas hipóteses são remotas. Desde que foi fundado, o Depósito não perdeu um hóspede sequer, por motivo de fuga.

O tempo de permanência máximo permitido ali, seria de 48 horas, mas alguns homens, bandidos considerados linha-de-frente há cinco ou seis anos, ficaram 4 anos ou mais. Alguns morreram lá mesmo. Para ser mais exato, três foram assassinados pelos colegas, um ficou aleijado definitivamente depois de uma agressão, e outro, mais recentemente, um bicheiro, morreu, dizem que de ataque cardíaco.

Teoricamente, o ciclo vicioso do Depósito começa com as cartas de guia para a Penitência de Neves, para onde vão os condenados a mais de 3 anos. A justiça não tem condições de fornecê-las rapidamente e o preso vai ficando no Depósito. Os presos preventivamente e condenados a menos de 3 anos vão para a Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira, em Neves, um estabelecimento da Secretaria de Segurança.

Depois de muita pressão feita pelos parlamentares, promotores, imprensa e pelo próprio secretário de Segurança, todos aqueles homens que estavam no Depósito em 1975, 150, foram transferidos para Neves, para a Dutra Ladeira, para Linhares e para outros Estados. Mas quando alguém foge de Neves e é recapturado, custa a ser aceito ali outra vez e volta para o Depósito, quando não há vagas em Linhares. A Casa de Detenção, recentemente, foi palco de uma revolta violenta, e todos os presos de duas alas foram removidos para o Depósito, pois as instalações da ADL ficaram parcialmente destruídas pelos amotinados. Desta forma, estima-se que mais ou menos 200 homens estão atualmente no Depósito, nas mesmas condições em que estavam até 1975: sem cobertores, papel higiênico ou talheres, para evitar o perigo de incêndios provocados pelos presos ou agressões.

Alguns dias antes da revolta na Detenção, quatro presos foram agredidos pelos colegas de cela no Depósito. Eram na maioria, agressores e agredidos, assaltantes considerados perigosos e ainda não julgados.

O problema do «mofo» e da «retirada de circulação» dos delinquentes considerados peri-

gosos soma-se aos já existentes por razões burocráticas. Na Furtos, por exemplo, a média constante é de quase 200 detidos em condições piores ainda que as do Depósito, pois ali os castigos, homicídios e outras formas de violência são corriqueiros, e as condições das celas são piores ainda. Quando se aproximam certas datas, como Carnaval, Natal etc., as detenções se intensificam e chegam a ficar na Furtos até 400 homens. Os distritos também estão sempre cheios, e as celas são piores que as da Furtos ou do Depósito.

AGITAÇÃO

Minas Gerais tem a Penitenciária de Neves, a Casa de Detenção, ambas em Ribeirão das Neves, e Linhares, em Juiz de Fora. Para as mulheres há penitenciária própria, localizada no Horto. A Penitenciária de Neves e a Dutra Ladeira são construções antigas e ultimamente passaram por reformas em suas instalações. Há ainda as cadeias públicas do interior, onde muita gente cumpre penas. As de Dores do Indaiá, Montes Claros e Sabará estão entre as mais horrorosas. A de Sabará, inclusive, deveria ser tombada pelo Patrimônio Histórico, pois sua arquitetura é das masmorras coloniais.

Neves tem uma capacidade máxima para pouco menos de mil detentos, a Casa de Detenção para 430, a Estêvão Pinto (de mulheres) guarda perto de 60 condenadas e a de Linhares, que tem uma ala para os condenados pela Lei de Segurança Nacional (cerca de 12 homens) tem capacidade para menos de 70 sentenciados pela justiça comum. Em Neves o sistema é de semi-liberdade, no qual o condenado recupera sua liberdade gradativamente. Na Casa de Detenção o sistema é de reclusão e o mesmo serve para Linhares, mais rígida do aquela. Com tudo isto, segundo o secretário do Interior e Justiça, Minas tem uma carência de duas mil celas.

Neves viveu longos anos de paz, sob o braço patriarcal e humanista do professor Jason Albergaria, que abandonou o cargo de diretor no ano passado. A Dutra Ladeira, como está afeta à área da Secretaria de Segurança, é dirigida por delegados de Polícia Civil.

Depois que o professor Jason Albergaria abandonou a PAN, esta começou a passar por profundas crises. Um interno já foi assassinado, outros agredidos por colegas, as fugas se sucederam e a corrupção é difícil de controlar. Há um clima de desconfiança entre os internos. O acesso de repórteres ao seu interior foi proibido, ou dificultado, e, ao que parece, há crise de autoridade.

O clima de agitação passou também para a Casa de Detenção, que fica há dois quilômetros da Penitenciária. O atual diretor, delegado Francisco Gouveia, já enfrentou três revoltas, duas delas bastante graves, com dois dias no cargo foi presenteado com a primeira, motivada por castigos a um dos detentos e dominada com tiros para o ar.

A última, deflagrada no Dia de Finados, foi mais grave e os 161 amotinados destruíram as alas A e B, além de tocarem fogo em tudo que podia queimar, até nas próprias roupas. Foi dominada por tropas da PM e equipes de Polícia Civil de Belo Horizonte, com bombas de gás lacrimogênio. O próprio diretor confessou mais tarde que antes de os presos se renderem sentiu cheiro de defunto no ar. O motivo desta revolta foi a designação do inspetor José Leite (considerado um «duro» pelas autoridades, e um carrasco pelos detentos) para o setor de disciplina.

Como conseqüência, a situação voltou ao mesmo pé em que estava antes de um condenado, Gerson Messias, conseguir burlar a segurança do Depósito de Presos e mandar uma carta à

imprensa e à Assembléia Legislativa, em 1975, denunciando a situação deplorável em que viviam 150 presos da justiça na Lagoinha.

Enquanto as reformas na Casa de Detenção estiverem sendo feitas, eles ficarão no Depósito de Presos, que está novamente superlotado. Além desta massa carcerária, no Depósito ainda ficam em média 50 pessoas, entre homens e mulheres, detidos todas as noites pela Delegacia de Plantão e distribuídos aos distritos no dia seguinte. As vezes ficam mais tempo, quando estão sendo alvos de investigações por parte de uma das delegacias especializadas que funcionam no mesmo prédio.

CASA DE TERRORES

Até mesmo os mais calejados repórteres policiais sentem um certo mal-estar quando entram na Delegacia de Furtos e Roubos, onde invariavelmente lhes são mostrados como perigosos ladrões homens desdentados, esfarrapados, trêmulos e com profundas olheiras. Alguns mal conseguem ficar de pé e são entrevistados acorados mesmo. Antes de responderem às perguntas, olham temerosos para os detetives, que vigiam cuidadosamente tudo.

Alguns, os mais «putas-velhas», cadeieiros, procuram avidamente nos cantos da sala por guimbas de cigarro e, quando há uma distração dos detetives, esvaziam rapidamente os cinzeiros em seus bolsos, ou mesmo pedem, os mais humildes, aos policiais, permissão para catar as guimbas.

Os próprios policiais têm nojo desse contato com aqueles «restos humanos» e não deixam que se sentem ou mesmo se encostem nos móveis, «por causa das muquiranas» (parasitas comuns em cadeias). Ficam sempre encostados às paredes, e os mais experientes passam a maior parte do tempo tentando mostrar, despidamente, as marcas de cordas nos pulsos e tornozelos.

Geralmente desfiam ali alguns furtos miseráveis, no que são ajudados pelos detetives, que os lembram de algum que «esquecem». Quando terminam, olham com olhos suplicantes para os policiais e dizem: «Viu doutor, eu fui legal, contei tudo, não vou mais lá embaixo, né? Quando o policial responde que está faltando algum, que ele ainda tem de dar, o pavor toma conta do homem, invariavelmente. Alguns ensaiam um protesto, choram, pedem pelo amor de Deus e são levados outra vez para as celas, dando-se por encerrada a entrevista.

As histórias assombradas da Furtos são conhecidas de todos. «Deus-me-Livre» era um ladrão que apareceu morto na cela, há quase 10 anos. A causa da morte foi espacamento. Dizem que foi o primeiro. Depois dele teve o «Santo Antônio», perigoso assaltante, que costumava violentar as mulheres, quando surpreendia algum casal. Este sofreu muito e até dos noivos «ultraçados» apañou, em sessões especiais montadas para isso. Algum tempo depois amanheceu enforcado na cela. Dizem que foi suicídio. Depois vieram vários, sete ou oito, inclusive menores, que entre 1973 e 76 foram assassinados nos cubículos. A desculpa dada pelos matadores era o mando da cela ou, simplesmente, porque era a única forma de sair dali.

Quando um suspeito é preso e confessa furtos, assaltos etc., o inquérito é aberto e mandado para a justiça com o pedido de prisão preventiva. Isto demora em média uns 90 dias e, durante esse tempo, o homem permanece preso, aguardando a legalização de sua prisão.

O maior inimigo da DFR é o habeas corpus, e geralmente os advogados «porta-de-xadrez» não obtêm êxito algum, a não ser que não interesse à polícia manter o homem preso, e o

detetive responsável pelo preso faz uma dobradinha com o «porta-de-xadrez».

Quando o advogado é insistente e faz carga, mostrando um recorte de jornal para provar que seu cliente está preso ali, o «hóspede» é mandado para algum distrito, dali para outro, de volta para a Furtos e, assim, nesse passo de esconde-esconde, até sair a decretação da prisão preventiva.

Mesmo com ela, não é sempre que o preso fica livre da Furtos e é transferido para a Casa de Detenção. Os policiais não gostam de avisar ao ladrão de que saiu a prisão preventiva, na esperança que ele confesse mais alguma «bronca». Se ele souber que está com preventiva decretada, deixa de colaborar.

A prova da fragilidade dos inquéritos sobre furtos está na baixa percentagem de condenações. As confissões extraídas no «pau-de-arara» caem sempre na justiça. Raras são as vezes em que a polícia consegue reunir provas suficientes. Já com os assaltos é um pouco diferente, pois há uma peça fundamental para a condenação: «o reconhecimento pela vítima».

Confessar o que não fez, para ser transferido de delegacia para não apanhar mais, é coisa comum. Recentemente, um rapaz, quase um mendigo, confessou ter matado a menor Maria Júlia e, depois, na Delegacia de Homicídios, ficou provado que não havia sido ele o autor desse crime sexual, que abalou Belo Horizonte em 1973 e até hoje está misterioso.

Há o caso de Antônio Marques, o «Fizico», considerado assaltante perigoso e responsabilizado por sete homicídios. Ele já confessou todos, mas vários integrantes de sua turma também já confessaram estes crimes, e até hoje a coisa está confusa. Recentemente, um ladrão apelidado «Gravatinha» confessou a morte de um bombeiro de posto de gasolina, durante um assalto praticado em companhia de João Ribeiro, perigoso assaltante, que já matou um colega de cela na própria Furtos. Como João Ribeiro já havia confessado este crime, o negócio ficou difícil e, depois, na Delegacia de Homicídios, Gravatinha disse que só confessou para fugir do pau.

Há o caso de Antônio Marques, o «Fizico», considerado assaltante perigoso e responsabilizado por sete homicídios. Ele já confessou todos, mas vários integrantes de sua turma também já confessaram estes crimes, e até hoje a coisa está confusa. Recentemente, um ladrão apelidado «Gravatinha» confessou a morte de um bombeiro de posto de gasolina, durante um assalto praticado em companhia de João Ribeiro, perigoso assaltante, que já matou um colega de cela na própria Furtos. Como João Ribeiro já havia confessado este crime, o negócio ficou difícil e, depois, na Delegacia de Homicídios, Gravatinha disse que só confessou para fugir do pau.

Os casos se sucedem e, quando não são abordados apenas superficialmente pela imprensa diária, caem logo em uma espécie de «esquecimento compulsório», tática adotada pela Secretaria de Segurança para censurar indiretamente os assuntos delicados.

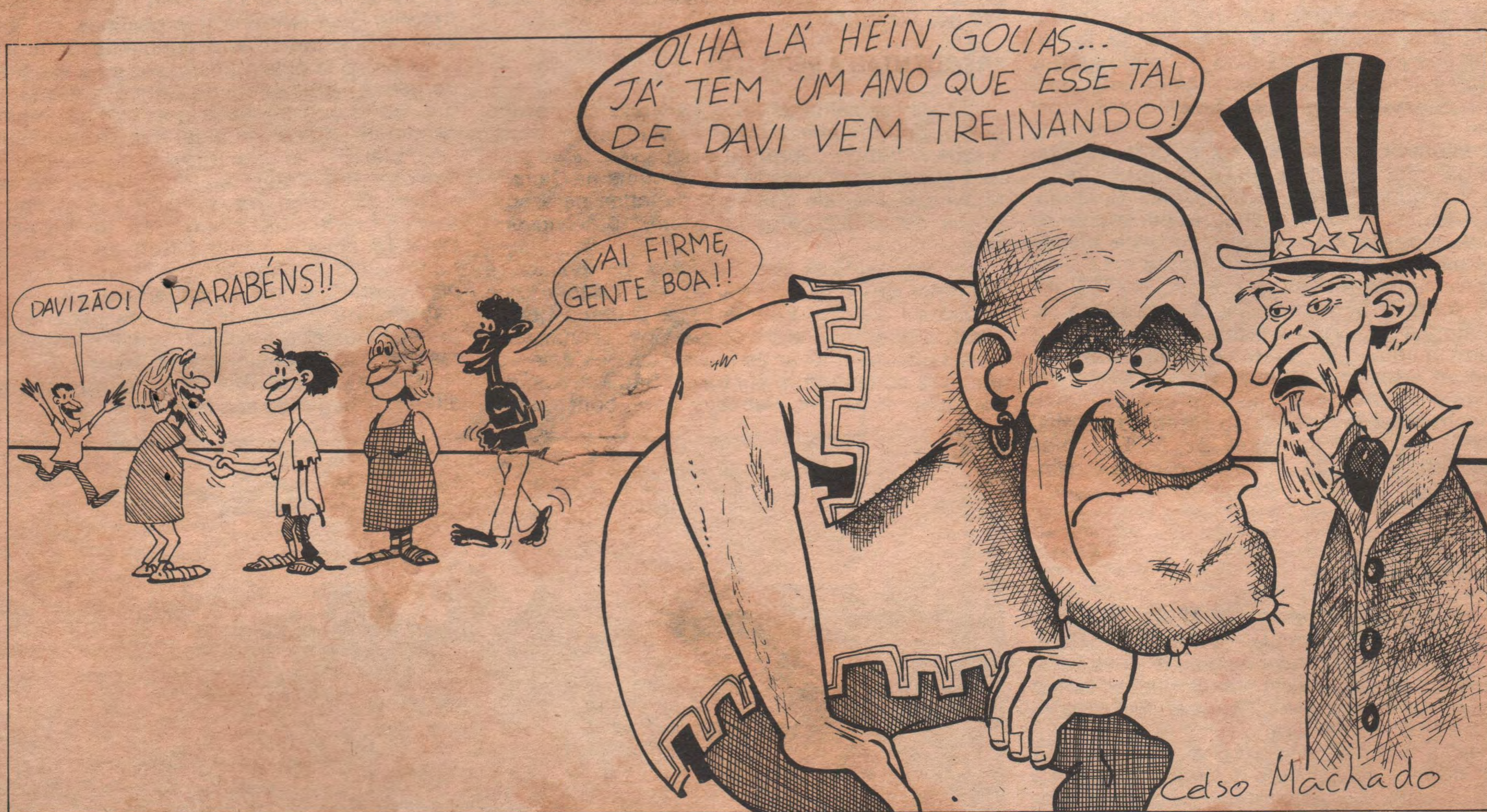
Quando surge a denúncia, são «tomadas providências e medidas rigorosas», a imprensa é «aconselhada» a deixar que a Corregedoria apure o caso, com promessa de liberação posterior dos resultados do inquérito.

Assim ocorreu com Gabriel da Silva Gomes, que depois de denunciar torturas sofridas no 4º Distrito Policial, inclusive com ácido, e furto de mil cruzeiros, desmentiu tudo. Depois que a imprensa foi tirada do caso com a promessa de apuração sumária da ocorrência, foi convocada ao gabinete do superintendente de Polícia Metropolitana, Gabriel Prata Neto, que revelou que a vítima era vadio e que havia se auto-torturado, para ficar sob a proteção da Corregedoria e não precisar trabalhar. A entrevista foi encerrada com a ameaça de que «ninguém vai ficar sob a égide protetora da Corregedoria para fugir à responsabilidade de seus crimes. Se ele não arranjar emprego dentro de 30 dias, vai ser preso».

Para o promotor Severino Flores Pereira, a construção de uma Penitenciária na Comarca de Belo Horizonte resolveria tudo, pois as condições de vida dos internos seriam fiscalizadas mais eficientemente e sua situação jurídica seria melhor olhada. Isto, porém, não resolve os problemas das fases iniciais dos processos, transcorridas no Depósito de Presos, Delegacia de Furtos ou DPS.

DE FATO - um ano

O DE FATO está fazendo um ano de vida. Muita gente pensou que não chegaria até aqui (santo de casa não faz milagre...), mas a sequência das edições está aí para quem quiser ver. E não foram poucos os que já viram. Hoje, ao comemorarmos nosso aniversário, sem bolos nem velas, mas com muita seriedade e trabalho, prometemos apenas que continuaremos a respeitar nosso leitor. Afinal, ele é o legítimo dono do DE FATO, e sabe que jamais deixará de ver uma informação, ou crítica a quem pisoteie a seus direitos, para ver um anúncio publicitário dos donos das botas. Esta proposta tem trazido muitas dificuldades, que serviram apenas para reafirmar este compromisso com o leitor.



DE FATO Um jornal mineiro, de jornalistas, que depende do leitor

NOME _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____

ASSINATURA ANUAL **\$ 60,00**

COM NÚMEROS ATRASADOS **\$ 100,00**

O Interessado(a) deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO: Avenida do Contorno 2399 fundos - Floresta - B.H. CEP - 30.000

Jornal De Fato, registro 32.895. Editado pela Editora Textual Ltda. - CGC - 19170349/0001 - 08

DE FATO Um jornal mineiro, de jornalistas, que depende do leitor

NOME _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____

ASSINATURA ANUAL **\$ 60,00**

COM NÚMEROS ATRASADOS **\$ 100,00**

O Interessado(a) deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO: Avenida do Contorno 2399 fundos - Floresta - B.H. CEP - 30.000

Jornal De Fato, registro 32.895. Editado pela Editora Textual Ltda. - CGC - 19170349/0001 - 08

DE FATO Um jornal mineiro, de jornalistas, que depende do leitor

NOME _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____

ASSINATURA ANUAL **\$ 60,00**

COM NÚMEROS ATRASADOS **\$ 100,00**

O Interessado(a) deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO: Avenida do Contorno 2399 fundos - Floresta - B.H. CEP - 30.000

Jornal De Fato, registro 32.895. Editado pela Editora Textual Ltda. - CGC - 19170349/0001 - 08

DÊ UMA ASSINATURA DO DE FATO DE PRESENTE!

DEBATE - "conjuntura e alternativas da imprensa brasileira" - 17 de dezembro - na casa do jornalista, álvares cabral, 400 - sebastião nery, fernando gasparian, teodomiro braga, nilson azevedo - promoção jornal DE FATO.

« Vereador tem que trabalhar no balcão da prefeitura »

Como Álvaro Antônio e Obregon Gonçalves, os candidatos mais votados pela Arena à Câmara Municipal de Beagá, nas eleições de 15 de novembro, fazem política.

Flamínio Fantini

Até onde seu jeito de mineiro simplório permitia, o candidato mais votado de Belo Horizonte à Câmara Municipal, o atual vereador Alvaro Antônio, da Arena, ostentava logo após as apurações um recorde digno de nota: o cabo eleitoral mais caro do País, cujo custo estimado é de Cr\$ 43 milhões.

Trata-se do **Viaduto do Barreiro**, uma obra em construção pela Prefeitura Municipal, com extensão de meio quilômetro e duas pistas de 10 metros cada, projetado para resolver os problemas de acesso a uma das regiões de maior concentração operária de Belo Horizonte, o Barreiro, e desobstruir o trânsito de prolongados engarrafamentos e acidentes trágicos, num perigoso cruzamento onde passa uma linha de trem de ferro.

Na verdade, as reivindicações para a construção da obra datam de 1947, conforme reconhece a própria Prefeitura Municipal. Contudo, coube a Alvaro Antônio capitalizar em seu nome os dividendos da inauguração, prevista oficialmente para daqui a quatro meses. (1) Sem dúvida, o viaduto foi um cabo eleitoral eficiente: 17.357 votos e uma promissora esperança de candidatura a deputado estadual em 1978.

Outro mérito que Alvaro Antônio exhibe é o fato de ter concorrido numa raia de tendência inequivocamente oposicionista, pró-MDB, como evidenciaram os resultados do pleito para senador em 1974: «Se eu fosse do MDB, minha votação seria triplicada ou quadruplicada», reconhece.

CARTÃO DE VISITA

As razões do sucesso de Alvaro Antônio, conforme ele mesmo conta, remontam a 1970, quando a Arena enfrentava dois problemas básicos no Barreiro — a inexistência de um candidato próprio do bairro e os atritos entre o núcleo local do PSD, e UDN. Ele lembra:

— Havia um rechaço natural àqueles que vinham de fora pescar voto e criavam problema de falta de representação no bairro, que necessitava de viaduto, pavimentação, rede de esgoto, abastecimento de água, iluminação e limpeza. A igreja, os comerciantes, os moradores em geral, incluídos os trabalhadores, queriam um candidato do bairro. Eu já era socialmente conhecido no Barreiro e os grupos da ex-UDN e do ex-PSD encontraram em mim o elemento de conciliação desses fatores.

Os resultados da primeira candidatura foram tímidos. Alvaro Antônio foi eleito com pouco mais de cinco mil votos. A performance duplicaria dois anos depois, quando o pleito municipal repetiu-se, em virtude das eleições de 1970 terem sido para preencher o chamado **mandato-tampão**. Na corrida das urnas, ele chegou em quarto lugar entre todos os candidatos, com 10.838 votos.

Entre suas primeiras providências, Alvaro Antônio desenvolveu o projeto de criação de uma Administração Regional do Barreiro, uma espécie de subprefeitura, com relativa autonomia administrativa, verba própria, que lhe possibilitava fazer um planejamento a nível local, tendo como dirigente um engenheiro sempre escolhido pelo prefeito de Belo Horizonte. Uma vez que vereador não pode apresentar projetos que tragam despesas para o executivo, esta foi uma fórmula que abriu as portas do Barreiro para a Prefeitura, através de uma vinculação estreita entre o vereador e a administração regional.

— Este é o meu cartão de visita — comenta Alvaro Antônio. O pessoal do bairro sabe que a administração regional é criação minha, sobretudo

do devido ao sucesso em termos de obras. O Barreiro progrediu desde então.

A lista de benfeitorias canalizadas pelo vereador são inúmeras e, além do Viaduto do Barreiro, ele destaca a instalação de 150 quilômetros de rede d'água pela Companhia de Água e Saneamento de Minas Gerais — Copasa — empresa ligada ao governo. Além dessas, uma série de serviços de pequena monta vinculados aos núcleos comunitários, sobretudo no Barreiro de Cima, Barreiro de Baixo e Vale do Jatobá, seus redutos eleitorais.

FREQUENTAR A PERIFERIA

Muito semelhante é o caminho percorrido pelo segundo candidato mais votado pela Arena, o atual vereador Obregon Gonçalves, advogado bem sucedido na cidade e presidente na Câmara Municipal. Ele fala dos seus métodos para conseguir os 12.622 votos no último 15 de novembro:

— Na periferia meu sistema de política é diferente dos outros candidatos. Eu não vou na época da eleição. Frequentei a periferia quatro anos, procurando viver com o povo, sentir suas necessidades e levar as reivindicações dele aos poderes constituídos. No bairro São Marcos, por exemplo, faço um trabalho para conseguir a

foram um fator decisivo, ajudaram bastante a Arena. Nas áreas dotadas de equipamentos urbanos, Arena perdeu, por exemplo, no centro da cidade, onde está a classe A. (2)

CAVANDO OBRAS

A aproximação com as comunidades pode ser no princípio difícil, como no caso de Alvaro Antônio, que enfrentou problemas no Vale do Jatobá, hoje um de seus principais redutos:

— Entrei lá pela primeira vez e fui até maltratado pelo ex-presidente do Conselho Comunitário, que na época afirmava que eles já tinham um candidato, que era a atual deputada Júnia Marise, do MDB. Nas vésperas das eleições de 70, ela colocou um trator na região, dizendo que ia iniciar as obras da avenida Perimetral e da avenida Cerâmica. No dia 16 de novembro o trator foi embora e não voltou mais. Depois que eu fui eleito, o Conselho me chamou, através do presidente que me havia rechaçado. Ai entrei trabalhando ao lado deles. Consegui arrancar do prefeito Pieruccetti a obra das avenidas, as primeiras que aquela administração liberou.

Com Obregon Gonçalves ocorre um pouco diferente, segundo seu relato:



ligação da parte alta com a parte baixa. Fizemos lá 8 quilômetros de asfalto e a prefeitura construiu um centro comunitário.

Já no segundo dia de apuração, faltando ainda mais da metade das urnas para serem computadas, Obregon não hesitava em fazer prognósticos audaciosos favoráveis ao desempenho do partido do governo:

— Na periferia, a Arena mantém mais de 50% dos resultados, e isso se deve ao fato de que o prefeito Luiz Verano atacou a poluição hídrica, os córregos de esgoto a céu aberto, resolvendo o problema de via de acesso, de saúde e de saneamento básico. Com a canalização de córregos, a prefeitura constrói os interceptores de esgoto nos bairros. A Copasa tem tido uma atuação excelente, adotando um plano de expansão e atendendo nas regiões que há 50 anos reclamam por água. Os Centros Comunitários, instalados pela prefeitura, seguindo o sistema de dar preferência àqueles lugares onde não tinha nada e onde a comunidade reivindica mais,

— Eu não chego aos bairros. Sou sempre procurado. São os órgãos de representação local, tais como associações comunitárias, entidades religiosas. Então a gente passa a ter uma convivência direta e constante com o cidadão que dirige a entidade. Passo a frequentar aquele bairro através de reuniões semanais ou mensais. O povo vota em quem ele conhece, em quem trabalha. Esse é o estilo mais penoso, porque a gente não tem fim de semana, nem feriado.

Para o sucesso do atendimento das obras, um bom relacionamento com o poder executivo é crucial, reconhece Obregon Gonçalves:

— Depois de estabelecidos os critérios, as prioridades, então eu levo as autoridades públicas, às vezes até mesmo o prefeito, até o local, para que elas possam se sensibilizar e atender à demanda em caráter prioritário.

Alvaro Antônio critica os vereadores, principalmente os do MDB, por não fazerem esta política. Para ele, «vereador tem que trabalhar no balcão da prefeitura».

— Muitos vereadores querem fazer política mais na base do microfone e alegam que são marginalizados pela prefeitura. Meu trabalho é constante, conscientizando os moradores das prioridades do bairro, onde estou sempre presente. Não são obras apenas na época da eleição. Eu trabalho muito fora da Câmara.

É completa, com sua visão do que deve ser um representante do povo na Câmara.

— Hoje o vereador tem uma função desvirtuada, pois ao invés de legislar ele se faz mais de elo entre a prefeitura e a população. Não sei explicar o fenômeno, mas é assim mesmo. Me ligo diretamente ao prefeito e principalmente ao administrador regional. O papel do vereador é carrear obra p'ros bairros. Para isso ele tem que ser alguém de prestígio junto ao prefeito, ele tem que se encostar em alguém.

POLÍTICA DE CLIENTELA

Não se pode dizer que Alvaro Antônio e Obregon Gonçalves estejam inovando nos métodos da política tradicional brasileira, com esse seu estilo de trabalho. Pelo contrário, são figuras já clássicas do jogo eleitoral urbano, muitas vezes comparados com os **coronéis** do meio rural do interior.

Na capital de São Paulo, o fenômeno chegou a ser muito marcante na política local, segundo revela um recente estudo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap:

— O jogo da política de clientela caracterizou um longo processo de incorporação das massas populares na política, sob o controle das classes economicamente dominantes. Na medida em que se dissociava, ainda que abstratamente, a idéia de cidadania da condição econômica do indivíduo, tornava-se necessário fazer legitimar o poder político pela coletividade. (3)

Para os estudiosos do Cebrap, mesmo que isso não significasse, de fato, o poder direto da maioria, o jogo eleitoral influenciava os rumos do governo, quando mais não fosse pela necessidade de granjear apoios na população:

— A política de clientela baseava-se no oferecimento de vantagens pessoais ao eleitor, ou, mais freqüentemente, de benefícios governamentais a grupos ou camadas da população, em troca do apoio eleitoral. Em sua forma mais elementar, ela fazia depender as eleições de vereadores de sua capacidade de canalizar realizações da prefeitura para determinadas camadas da população. (...) A manipulação clientelística do voto, por sua própria natureza, condicionava a continuidade do poder à eficiência com que eram atendidos os reclamos dos grupos que detinham expressão eleitoral.

Com o crescimento continuado das cidades, à política de **favores individuais** acrescentou-se a de **favores coletivos**; a rede de águas, a iluminação pública, o calçamento da rua. «O povo acaba recebendo como um **favor** o que não passa de um direito seu e de uma obrigação elementar da administração pública» (4). E vota nos candidatos que têm livre trânsito no gabinete do prefeito e dos outros executivos municipais. E o **voto por gratidão**.

Sobre as razões, esclarece o Cebrap: «Uma vez bloqueadas as possibilidades de manifesta-

ção e pressão popular, como se verificou no período mais recente, o atendimento das reivindicações locais passou a depender quase exclusivamente da benevolência dos poderes públicos». E os vereadores passam a exercer o papel de «distribuidor das benesses governamentais».

NEM SITUAÇÃO NEM OPOSIÇÃO

Obregon Gonçalves talvez não admitisse que as coisas realmente aconteçam desta maneira. Ao responder a uma pergunta sobre a instrumentalização das lideranças comunitárias locais como cabos eleitorais, ele foi taxativo:

— Eu não tenho cabo eleitoral, tenho amigos que me ajudam. Evidentemente a comunidade que eu beneficiei passa a me ajudar de modo natural, em época de eleições. Não há, contudo, nenhuma exigência de reciprocidade, de emprego público, ou coisa parecida. Minha maneira de agir é afastando-medeste tipo de compromisso. Aliás, eu nunca peço compromisso para votar em mim.

Já Alvaro Antônio esclarece que «prefere trabalhar com o mais humilde»:

— Eles são os mais leais. Se é feito um patrolamento, o gás, o pão, o leite, tudo chega até a porta da casa. Depois, eu não os abandono após dia 15 não. Prefiro ter menos votos desde que eu possa dar conta dos meus compromissos. É só ver o crescimento da minha votação.

Ao explicar seu modo de agir, Alvaro Antônio deixa claro que com as associações de bairro mantém contato pessoal e que «80% do eleitorado se identifica com o candidato, tem confiança em mim»:

— Eles, em termos de partido, se identificariam com o MDB. Mas há uma conscientização regionalista, segundo a qual não interessa identificação com o partido, mas com o candidato. Eu vou de casa em casa explicando isso. De que adiantaria eu ser do MDB se o prefeito é da Arena? No Bairro existem certas resistências a mim, pouco significativas. São os remanescentes do ex-PTB. Mas se eles são beneficiados com obras, largam a paixão política e votam em mim.

Os efeitos de despolitização das reivindicações populares, que este estilo provoca, podem ser resumidos numa única frase de Alvaro Antônio:

— Acho que não deve haver vereador situacionista nem oposicionista, mas deve haver o vereador da cidade.

(1) Uma das partes do viaduto será erguida no lado de BH, pois ele recobrirá uma área pertencente também a Contagem, entretanto, até o presente momento a Prefeitura de Contagem não expropriou a parte que lhe cabe na obra.

(2) Suas previsões não se confirmaram. Dos 18 distritos eleitorais da cidade, a Arena só conseguiu maioria em três deles, exatamente os decisivos para a eleição de Alvaro Antônio, o mais votado entre todos os candidatos.

(3) São Paulo 1975 — Crescimento e Pobreza, Edições Loyola, estudo preparado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, junho de 1976. Ver capítulo 5, que fala das articulações populares na cidade de São Paulo.

(4) Ver Movimento nº 73, de 22/11 76, Ensaio Popular. As razões do Voto.

ANISTIA

O Comitê pela Anistia no Brasil, organizado nas cidades de Estocolmo, Gotemburgo, Lund e Uppsala, através de uma comissão de parlamentares suecos, fez a entrega de 12.490 assinaturas na embaixada do Brasil em Estocolmo, exigindo do governo brasileiro ampla e irrestrita anistia aos presos e exilados políticos. As listas foram assinadas por diversas personalidades, parlamentares, o bispo de Estocolmo, trabalhadores, intelectuais e estudantes.

IMPrensa ALTERNATIVA

Pela terceira vez neste ano representantes da Imprensa Alternativa de todo o Brasil se encontraram para trocar experiências e debater problemas comuns. O último encontro foi realizado em Porto Alegre, nos dias 20 e 21 de novembro; os outros dois aconteceram em Brasília e São Carlos (SP). Patrocinado pelo Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, DCE da UFRGS, Grupo Gota, da Faculdade de Jornalismo da UFRGS, Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do MDB/RS, revista Paralelo e jornais Informação, Pêlea e Lampião, o encontro de Porto Alegre foi realizado no prédio da Assembléia Legislativa local e contou com a presença de representantes do Opinião, Pasquim, Cobra de Vidro (SP), Coojornal (Porto Alegre), Versus, Triz (Pelotas) e De Fato. O representante de Movimento não pôde comparecer, porque o Aeroporto de São Paulo estava interditado. Ao final do encontro, foi redigido um documento para coleta de assinaturas em protesto contra a impunidade dos autores de atos de terrorismo praticados contra diversas entidades nacionais.

PEQUENINO, MAS RESOLVE

Pode ser coincidência, mas todos os candidatos às eleições de 15 de novembro que se anunciaram neste De Fato foram eleitos. Olhai, anunciantes, descubram o potencial do De Fato.

TESTE DE FATO COM COCA-COLA

Alguns anos atrás, uma miss Amazonas trancou-se no quarto de um hotel do Rio por vários dias, decepcionada com sua desclassificação. Angustada, a dita cuja se empapou de Coca-Cola, até que alguns dias depois notou que estava ficando banguela, acabando por ser salva pelo «gongo» por um dentista, que providenciou a devi-

da restauração dos dentes corroídos.

Este caso nos foi contado por um dentista daqui de Beagá. Como queríamos ver para crer, resolvemos fazer a experiência. E sugerimos a nossos leitores que também a façam. O teste pode ser feito também com os demais refrigerantes, principalmente os do tipo Coca-Cola. Faça o seguinte: coloque um ou dois dentes numa garrafa cheia de refrigerante; alguns dias depois notará que o esmalte do dente escurecerá gradativamente, até ir soltando aos poucos sua crosta. Passando o dente para outra garrafa, recém-aberta, a corrosão ocorrerá com maior rapidez e logo a superfície do líquido mostrará uma camada de sal de cálcio. Quem quiser ver para crer sem se dar ao trabalho da experiência pode vir à redação deste jornal.



A QUEM INTERESSAR POSSA

O curso de Comunicação Social da UFMG promoverá concurso interno no dia 17 de fevereiro, para preenchimento de vagas no quadro de professor, nas disciplinas Produção Gráfica e Técnicas de Redação. Os candidatos aprovados serão enquadrados na categoria de Auxiliar de Ensino (professor temporário). Maiores informações no Departamento de Comunicação Social, à rua Carangola, 288, 8º andar.

«EXTRA»

PREFERIU O BRASIL

Mais um trabalho de revigoramento da reportagem está sendo realizado por uma equipe de jornalistas de São Paulo, através do livro-jornal «Extra-Realidade Brasileira». Cada edição mensal apresentará uma grande reportagem sobre um grande assunto nacional. Um fato muito importante, porém, pode sucedir o Brasil de repente; nesse caso, o livro-reportagem pode ir às bancas até três dias depois do acontecimento, através de uma edição extra. Fiquem de olho: até o dia 10 de cada mês, «Extra» deve estar nas bancas.

DIAGRAMAÇÃO
COMPOSIÇÃO
MONTAGEM
FOTOLITO
IMPRESSÃO

FAÇA O SEU JORNAL COM
QUEM SABE DE JORNAL

EDITORA BATANGUERA

RUA UBA 613 - FONE: 442 24 20

MOVIMENTO

— um jornal democrático —

PLANO ESPECIAL DE ASSINATURA PARCELADA

Procure a sucursal, rua Rio de Janeiro, 300 sala 407, fone: 226-9612 ou os DAs e DCE da Federal e da Católica

A NOITE EM QUE ARRANCARAM



Sufocado pelos braços da esposa, de três filhas, do futuro genro e de três vizinhos, o fazendeiro Tobias Pereira Pinto, o «Biinha», 53 anos, ainda tentava gritar, arrependido de ter aberto a boca. Mas era tarde. Com a boca escancarada pelas mãos de tão íntimas pessoas, ele via sua língua desprender-se dolorosamente do seu corpo. Lutou como pôde para livrar-se desse suplício absurdo, mas sua reação não passava de um esforço inútil e gritos indecifráveis vindos do peito. Resistiu até o fim, e, quando espetaram-na (a língua) com uma faca, ele perdeu as forças, os sentidos e sua cabeça tombou violentamente contra a quina da cama, sob o peso de 16 mãos.

(Oito meses depois, ao ser exumado o corpo apodrecido para extrair pedaços de suas vísceras, fígados e rins, para exame policial, seus olhos ainda estavam abertos e guardavam o mesmo espanto daquela noite em que sua filha Maria Aparecida, com 14 anos, puxava sua língua para arrancar uma serpente que ela via engastada em sua garganta)

Mas ainda não era o fim de tudo. Com o corpo estendido na cama e a cabeça carinhosamente colocada sobre o seu colo — não se deve tratar o pai com todo o respeito? — Maria Aparecida pedia ajuda de todos para essa tarefa que ela considerava sagrada. Primeiro, foi a inútil tentativa da vizinha «Mariquinha», 31 anos, com suas mãos curtas e incapazes de arrancar lá de dentro as fibras que ainda prendiam a língua ao corpo. Veio Ormino, o cunhado — sua mão sim, era grande e comprida — e foi ele quem trouxe toda aquela massa flácida e ensanguentada.

A serpente, porém, não aparecia. Maria Aparecida pede a todos que ajoelhem e rezem com muita fé. Ela sobe numa cadeira, desprega um quadro de Nossa Senhora Aparecida da parede e o coloca sobre o rosto ainda agonizante do pai. Ela chama a serpente, sem resposta, quebra o quadro na cabeça imóvel que ela afaga também com afeto, e, sob o olhar hipnotizado de todos, fura as faces com cacos de vidro. Depois, manda alguém buscar gravetos no terreiro. A serpente ainda não aparece. Ela quebra e despeja um ovo quente na sua garganta, despeja um vidro de salmoura, óleo fervendo, tudo. Amarra um rosário pelos buracos abertos nos lábios, mas em vão. Todos saem de casa, sem olhar para trás, gritando e cantando

pelos pastos; rolam nus pela grama, com medo ou não da serpente. Amanhece

(Setenta e duas horas depois esses acontecimentos ganhavam as manchetes do «Repórter», esforçado semanário de Nepomuceno, 15 mil habitantes, sul de Minas: «Horível homicídio praticado nesta cidade». E vinha a notícia: «Nossa população está empolgadíssima, face ao hediondo e terrível assassinato praticado na noite do dia 15 para 16 do corrente, no sítio do sr. Tobias Pereira Pinto, neste município».

E no parágrafo seguinte: «Parece incrível, mas o fato na sua veracidade assombrosa e horripilante acha-se esclarecido na Delegacia de Polícia, onde encontram-se presos o autor e co-autores do tremendo homicídio que vem impressionando até a infância de nossa cidade».

Mas o crime não estava esclarecido. De fato, os personagens de tão trágica encenação disseram muita coisa no dia seguinte, em depoimento à polícia. Mas foram tantas as violências policiais que sofreram, que levaram o delegado Paulo Schetino, muitos anos depois, a questionar a validade daqueles interrogatórios e das confissões obtidas sob torturas. Acusou as autoridades municipais de terem criado um flagrante erro judiciário, de dimensões quase idênticas ao dos irmãos Naves, ocorrido não muito distante dali.

Mas o fazendeiro Biinha estava morto, e sepultado duas vezes no cemitério municipal. Schetino duvidava apenas que aquele exorcismo fatal fosse obra e arte imaginada exclusivamente por aquela figura miúda, o curandeiro João Rafael, apelidado de «Patunia», temido pela população como um enviado do demônio à terra. Na cela número um daquela cadeia fedorenta e escura, «Patunia» negava a autoria do homicídio do seu velho amigo e companheiro de infância, o «Biinha».

Muitos foram os depoimentos desses miseráveis camponeses. Todos eles revelaram, negaram, desmentiram e confirmaram várias vezes suas palavras, ao sabor das pressões policiais, da orientação dos advogados ou de acordo com suas consciências, criando um calhamaço de mais de 500 folhas, processo que já foi duas vezes ao Tribunal de Justiça e hoje se encontra definitivamente adormecido no fórum da cidade, como transitado e julgado, sem a menor possibilidade de revisão judicial. E com um único condenado, talvez injustamente.

O começo e o fim

Essa longa noite de loucuras começou dois dias antes. É o que mostram todos os depoimentos, inclusive o de «Mariquinhas»:

«No dia 14 de janeiro a declarante foi passear na casa de sua irmã, no lugar chamado Servo (a cinco km de Nepomuceno), cuja irmã é vizinha do senhor Tobias, conhecido como Biinha;

que quando estava na casa de sua irmã, conversando sobre a situação de Maria Aparecida, filha de Biinha, que estava fraca da ideia, bateram na porta;

que era Hilda, irmã de Aparecida, que veio pedir para que uma de nós tomasse conta da sua casa enquanto sua amiga ia ao centro espírita de um rezador buscar cura para ela;

que chegando lá, vi a filha de Biinha aos berros completamente alucinada, e fui xingada por ele de nega feia.

que então perguntei a dona da casa se ela não tinha uma vela benta, disse que sim, então mandei pingar três gotas de vela n'água para a menininha beber;

que deram a água à força, mas nem assim melhorou. Então perguntei se eles tinham em casa um Jesus Crucificado, e tendo resposta positiva, pedi que pendurassem no pescoço de Aparecida, mas nada adiantou;

que resolvemos então todo mundo ir à casa do rezador».

Não se poderia garantir que o lar dos Pereira Pinto fosse um exemplo de harmonia familiar. Biinha e Delfina estavam juntos havia 25 anos, mas nos últimos tempos aquela união era pouco mais que uma aparência. Biinha preferia a amante da cidade, vendeu algumas vacas para mantê-la, por ela brigou e apanhou de um rival, sofria queixas diárias das filhas e ouvia apelos de Aparecida para voltar para casa. Biinha não escutava. Talvez esse seu amor pecaminoso aumentasse em ocasiões como no domingo em que sua amante foi insultada na porta da igreja por Delfina, ou quando esta foi pedir providências ao juiz de Direito.

Mas ele gostava da família também. As suas filhas não deu educação, mal sabiam ler, mas a prefeitura também tinha culpa; nunca abriu escolas no arraial do Servo. Arraial? São umas 15 casas, ainda hoje, de pequenos sítiantes como ele. Não tinham muitas posses, mas o essencial não faltava em casa. No banco também não tinha dinheiro, mas guardava algumas notas escondidas pela casa-foi o médico legista quem encontrou e devolveu Cr\$ 4.310,00 encontrados no bolso da calça quando seu corpo foi exumado e mais cinco mil dentro do colchão onde dormia.

Nunca acreditei

«Eu era muto sistemático, só benzina nos domingos e diante do altar»,



A SERPENTE DA GARGANTA DE BIINHA

diz hoje Patunia. Rezando aos domingos, não prejudicava o serviço na lavoura, ocupação que mantinha naquela granja havia 25 anos, sem queixas do patrão. E fazendo orações somente em casa, evitava perseguições de fazendeiros, que não gostavam de espiritismo perto de suas propriedades.

Tantas vezes ele teve de contar a história daquele seu encontro com Aparecida, que as imagens nunca mais saíram de sua cabeça. Hoje ele ainda repete praticamente as palavras do seu depoimento à polícia:

«Ao chegar em casa, encontrei Biinha e sua família me esperando;

que Maria Aparecida queixava-se de uma dorna garganta;

que Biinha me chamou num canto e me entregou três moedas, pedindo que colocasse na boca, beijasse o pescoço de sua filha e cuspiasse fora as moedas, fingindo que foram arrancados de sua garganta;

que a princípio me neguei, temendo que a farsa fosse descoberta, mas Biinha insistiu;

que ao cuspir as moedas, o depoente provocou uma grande crise de choro e raiva na moça, pois aquelas moedas eram de sua coleção;

que ela cobrou as outras do seu pai e disse que ele havia entregue à amante».

«Eu não acreditava muito naquela gritaria da menina, mas a gente nunca tem certeza do que o outro sofre. Eu desconfie logo qual era a causa e fui dizendo: sei que você está nervosa. Mas fique sabendo que o caminho do seu pai e sua mãe eles quem escolheiram».

É ainda Patunia quem fala: «Fiz umas bênçãos e mandei o pessoal de volta. Como era noite e estava chovendo, eles pediram para ficar. Foi assim que fiquei sabendo que a menina estava com as regras atrasadas. Aí a coisa muda, já não é coisa de religião. Chamei Biinha num canto e falei para ele chamar um médico».

Em busca do voo

Convidado para realizar um exame psiquiátrico em todas as pessoas que participaram do crime, o médico Maurício Sarquis fez o seguinte relatório, anexado ao processo: «Uma adolescente é uma mulher em botão. Na adolescência, como na menopausa, a mulher se sente insegura, irrazoável e confusa. Na adolescência a mulher entra na vida cíclica da fertilidade, ao contrário da menopausa. Mas em ambas as fases a mulher

tem medo do futuro: a adolescente receia a responsabilidade da maturidade; a mulher no climatério vê diante de si sua inutilidade e solidão. Nem uma nem outra suportam muito a crítica. Esta é uma época para ternura, o riso e pronto perdão. Esse ambiente familiar exerceu profunda influência em Maria Aparecida, quando ela estava pronta para o voo.

O carnaval

Durante o julgamento — três meses depois do crime — estranhas coincidências conspiravam contra Patunia. Na primeira assentada foram julgadas e absolvidas Delfina e suas duas filhas maiores. A sentença provocou grande reação na imprensa mineira, os ecos voltaram à cidade («A justiça pode absolvê-lo, mas Deus já o condenou ao fogo do inverno», disse o padre Hêlvio, vigário da cidade, num dos seus sermões) e, para acabar com essa imagem de capital brasileira da bruxaria, os moradores de Nepomuceno passaram a exigir a condenação do próximo réu a qualquer preço. Patunia era o próximo. Foi condenado a 20 anos de cadeia, fato comemorado com foguetes, serpentinas, um verdadeiro carnaval.

Mas nem todos, naquela época, estavam contra «Patunia». Ao receber a apelação em Belo Horizonte, a mais de 200 km do crime, o procurador Alberto Pontes, que deveria acusá-lo em seu parecer, preferia defendê-lo. Ao examinar detalhadamente os depoimentos, incluindo os fabricados pelo delegado municipal Zamião Tonelli, o procurador tinha outra versão para os acontecimentos. «Como Patunia era curandeiro e conhecido pelo exercício de práticas supersticiosas, tornou-se presa fácil da indignação popular, ainda por cima trabalhada por velhos preconceitos religiosos. Face ao exposto (um parecer de 15 laudas), não sinto a consciência tranqüila para afirmar a participação pessoal de João Rafael nos fatos criminosos».

Mas o Tribunal confirmou a sentença. Com o processo transitado e julgado, tudo parece retornar à vida de sempre, até o dia em que Paulo Schetino, recém-formado em Direito, assume a delegacia, substituindo a Zamião Tonelli. Ele relê o processo e, convencido da inocência do condenado, faz novo inquérito. Ouve todos os envolvidos e quase todos confirmam: Patunia

não esteve na casa de Biinha na noite do seu assassinato. Antes, Ormino e seu irmão haviam escrito ao Tribunal confessando por carta, espontaneamente, que seus depoimentos foram conseguidos à base de espancamentos, e por isso haviam incriminado injustamente Patunia. O inquirido é levado ao Tribunal de Justiça, mas sem nenhum sucesso. A condenação é mantida e Schetino ainda leva um «pito» dos juizes: «Esse delegado quer passar por cima de uma decisão da justiça», argumentou irritado o relator:

Presença incômoda

Amigo da criançada que frequenta a praça de esportes onde trabalha, apesar de condenado, Patunia hoje é uma incômoda presença em Nepomuceno, para muitos de seus habitantes. O advogado de acusação Carlos Manoel de Lima é hoje o juiz de Direito da cidade; o ex-promotor de justiça Alvaranga Barrios é tranqüilo fazendeiro sem aparentes problemas de consciência; o delegado Zamião Tonelli, acusado de comandar o espancamento, ainda desfila a cavalo pela cidade; seu auxiliar de julgamento, Zé Rolino, é o atual carcereiro; o comerciante Aderbal Alves de Andrade, que mandou Zamião incriminar e espancar Patunia para salvar Delfina, por quem tinha interesses afetivos, hoje é próspero negociante; Delfina continua viúva, exuberante e com casa montada na cidade.

Aparecida mudou-se para São Paulo, onde hoje é proprietária de boutique na rua Augusta (casou-se muito bem). Mas ainda permanece no fórum da cidade seu depoimento prestado ao delegado Schetino: «Até o presente momento não sei o porquê da morte de meu pai, e não vejo motivos para isto. E mais ainda, não me lembro de nenhum dos acontecimentos, vivendo em constantes indagações». Todos esses atos encontram-se definitivamente adormecidos no fórum, mas ainda são discutidos nas esquinas da cidade, quase com o mesmo calor do dia em que foram cometidos: 15 de janeiro de 1965.

Durval Campos Guimarães



O PARQUE É



	OBRA TOPOGRAFIA E COLOCACAO DE GRADIL EM VOLTA DO PARQUE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE NUMA EXTENSAO DE 1.800 METROS LINEARES CONC. 060.76	
	PRAZO 300 DIAS	

Segundo a publicidade lançada oportunamente pela Prefeitura, às vésperas das eleições, Belo Horizonte nasceu para todos. Entretanto, na prática ela não deixa transparecer isso. Um exemplo típico demonstra agora a sua decisão de gradear o Parque Municipal, com a indistigável intenção de afugentar dali seus habituais frequentadores, o povo, que há muitos anos transformou a área em seu local de lazer.

Alegam os defensores da infeliz idéia que o objetivo do gradeamento é garantir a proteção do local e a segurança de seus frequentadores, esquecendo-se, porém, de que raramente ali se verificam ocorrências policiais. Não seria o caso de se cercar a avenida Afonso Pena para dar maior segurança a seus transeuntes, como indagou um assíduo frequentador do Parque? Constatamos que aquilo que as autoridades consideram ocorrência policial no Parque Municipal não passam de insistentes prisões de infelizes desempregados e retirantes, que para ali vão matutar o triste drama de suas vidas e pelo simples fato de serem desempregados acabam presos por vadiagem.

Pudemos notar também que o Parque é um fértil pasto para policiais e comissários de menores criarem novos marginais e menores delinquentes. Um rápido passeio por seus labirintos verdes bastou para depararmos com a seguinte cena: um comissário de menor, procurando preencher seu currículo policial, sentou-se num banco à beira do lago, deixou seus óculos caídos no chão, do isca, e fingia dormir. Despertados pela cena curiosa, indagamos do sujeito por que seus óculos foram deixados no chão. Com um sorriso, ele explicou que aquilo era uma isca para pescar pivetes. Ora, a ocasião faz o ladrão. Quer dizer, o próprio agente policial, em vez de cuidar da prevenção e vigilância, preocupava-se em cultivar novos delinquentes para garantir sua profissão; pois afinal (diria ele) um é consequência do outro.

Mas, voltando às segundas intenções do gradeamento que deixará o Parque com apenas duas entradas ou duas saídas, como queiram, queremos deixar claro que acreditamos que a cerca certamente intimidará seus atuais frequentadores, considerando principalmente que os portões contarão com porteiros para selecionar os privilegiados usuários do verde. Qual seria o critério de seleção? Como detectar um indivíduo suspeito? Será que quem tiver cara feia entra? Isto não importa; o que se deve considerar é que o Parque é um patrimônio do povo, como todo logradouro público, e, portanto, não há lei que permita à Prefeitura selecionar seus frequentadores, a não ser que ela queira ferir a própria lei. Todos têm direito de

usufruir do... há um mínim... de Parques... área verd... intimidaçã... que ela limi... começar pe... implantação

Aliás, é... isolado. Ho... cerca em t... Palácio da L... está conf... faculdades... Municipal... inoportunid... obra que de... prioritárias... execução... destinados... ros periféric... estrutura. J... fixa em cerc... uma cerca... acesso, mas... frequentado... custos seria

Como... o Parque do... derrubada... patrimônio... geografia d... pensamento... entranhou ta... é agora cha... Ali sempre f... espetáculo... prefeitura co... um teatro n... nada menos... Prefeitura... frequentado... despencar... teatro popu... mais: pra q... teatro, se n... que a Pref... Chico Nune... desviar inu... seus cofres... municipais... elementoe... abra as por... Artes; ma... frequentado

E É DO POVO

da oportuna-
das eleições.
s. Entretanto,
cer isso. Um
sua decisão
m a indistar-
eus habituais
muitos anos
lazer.

eliz idéia que
tir a proteção
qüentadores,
amente ali se
o seria o caso
ena para dar
ntes, como
do Parque?
autoridades
no Parque
es prisões de
es, que para
vidas e pelo
ados acabam

e o Parque é
missários de
s e menores
o por seus
armos com a
de menor,
culo policial,
lago, deixou
isca, e fingia
na curiosa,
óculos foram
ele explicou
car pivetes.
zer, o próprio
a prevenção e
ultivar novos
ofissão; pois
do outro.

ntenções do
e com apenas
mo queiram,
tamos que a
seus atuais
ncipalmente
orteiros para
do verde. Qual
detectar um
em tiver cara
que se deve
patrimônio do
público, e,
à Prefeitura
não ser que
nem direito de

usufruir do Parque. Acreditamos que, no fundo, há um mínimo de boa intenção do Departamento de Parques e Jardins em disciplinar o uso da área verde local, mas acreditamos na intimidação que a grade provocará (e é claro que ela limitará o trânsito de pessoas no local, a começar pelo cerceamento do acesso com a implantação de apenas dois portões).

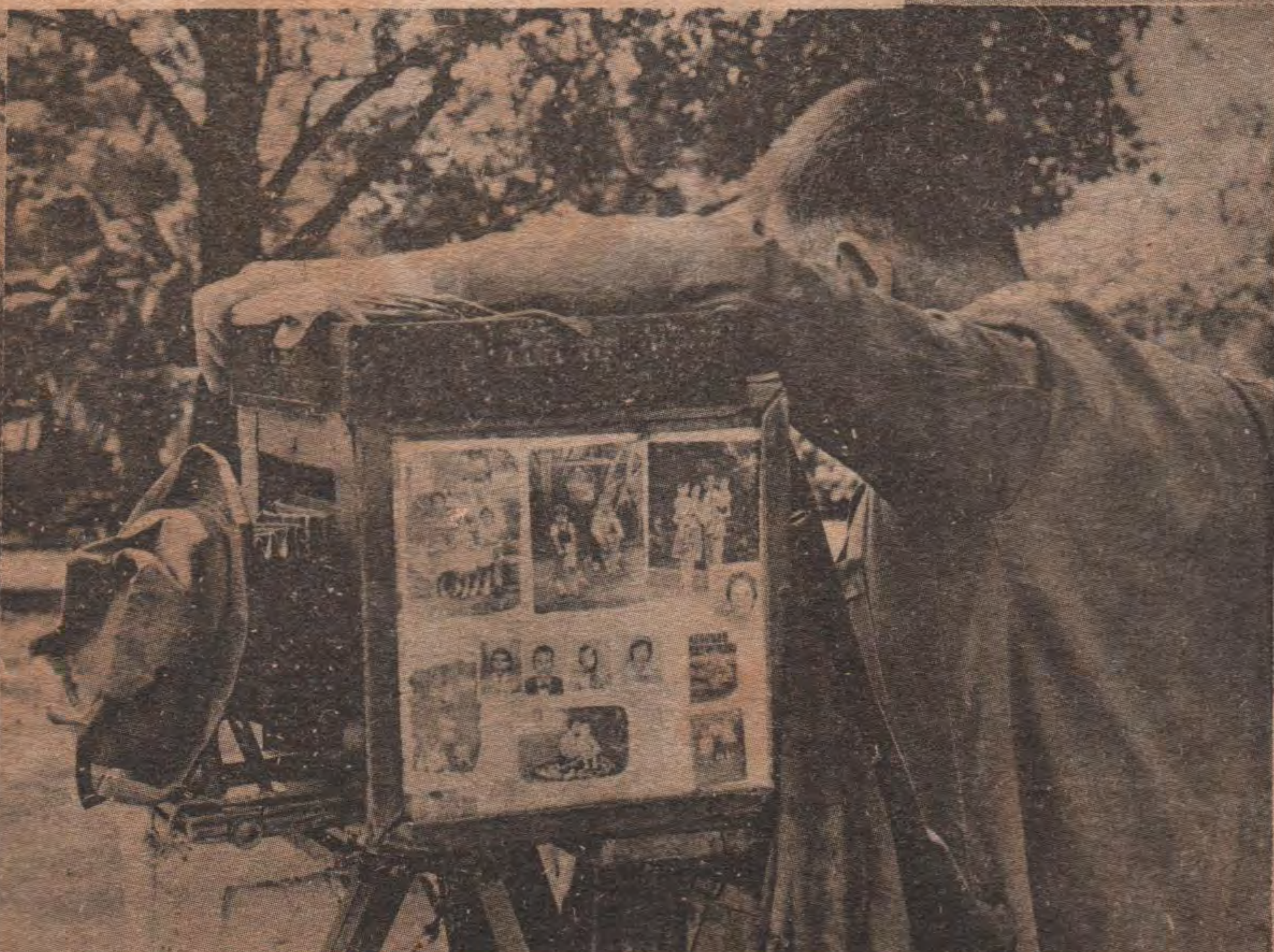
Aliás, é bom lembrar que este não é um fato isolado. Hoje vivemos a mania de se colocar cerca em tudo. Primeiro, foram os jardins do Palácio da Liberdade (quer dizer, até a liberdade está confinada); pouco depois, nossas faculdades e universidades; e agora o Parque Municipal. É bom lembrar também a inoportunidade de se destinar verba para uma obra que de forma alguma se inclui no rol das prioritárias. Questão de prioridades. Para a execução das obras de gradeamento foram destinados Cr\$ 2.642.000, enquanto vilas e bairros periféricos não contam com a mínima infraestrutura. Já que a Prefeitura está com a idéia fixa em cercar o parque, sugerimos que se faça uma cerca de arbustos com vários portões de acesso, mas sem porteiros que selecionem seus frequentadores. Assim teríamos mais verde e os custos seriam bem menores.

CHICO NUNES

Como se não bastasse a intenção de tirar o Parque do povo, a Prefeitura promete ainda a derrubada do teatro Francisco Nunes, também patrimônio do povo e mais do que incorporado à geografia do local. Inclusive contrariando o pensamento da classe teatral. Este teatro se entranhou tanto na vida de nossa população que é agora chamado na intimidade de Chico Nunes. Ali sempre foi local dos carnavais do povão e de espetáculos mais populares. Agora vem a prefeitura com a idéia de substituir o Chico por um teatro no bairro das Mangabeiras, orçando nada menos que 20 milhões de cruzeiros. Ora, a Prefeitura quer passar a perna nos frequentadores do Chico Nunes: quem vai se despençar até as Mangabeiras atrás de um teatro popular nas barbas da MBR? E ainda mais: pra que gastar esta fortuna com um novo teatro, se ninguém está se incomodando com o que a Prefeitura considera precariedades do Chico Nunes? A Prefeitura, além de lograr, quer desviar inutilmente o dinheiro de quem enche seus cofres através de pagamento dos tributos municipais. Que derrube o colégio Imaco, esse elemento estranho à ecologia do Parque; que abra as portas do elefante branco Palácio das Artes; mas deixe o Chico Nunes e os frequentadores do Parque em paz.



Fotos de
Antônio Maria
Auremar de Castro
Nem de Tal
João Delpino
Zinho



No dia 18 de novembro aconteceu mais um quebra-quebra de ônibus em Belo Horizonte. Desta vez, foram os usuários da linha Itamarati, que serve ao bairro Engenho Nogueira e vilas adjacentes, entre o Anel Rodoviário e a Avenida Carlos Luz (antiga Catalão), à esquerda de quem vai para o Mineirão. Os moradores da região, uma população constituída basicamente de operários, perderam a paciência com o mau serviço da linha 104 e com o descaso da SMT em solucionar o problema, e caíram de pedra em cima de dois carros, arrancando bancos e atirando-os no mato.

O Engenho Nogueira e adjacências, como a maioria dos bairros populares situados na periferia da cidade, sempre enfrentaram uma série de problemas básicos, como falta de água encanada, esgoto correndo a céu aberto, ruas esburacadas pelas enxurradas, enfim uma total falta de urbanização. Mas o que as populações desses bairros sentem mais de perto é a precariedade do transporte coletivo.

Pouco caso dos responsáveis esgota paciência do povo

Este problema é bem antigo na linha 104. A empresa Itamarati foi registrada em março de 1959, atendendo a uma demanda da população, que se manifestou através de um pedido com cinco mil assinaturas, encaminhado ao extinto DMTC (Departamento Municipal de Transporte Coletivo). A empresa começou a funcionar com três carros, servindo ao Engenho Nogueira. Mais tarde, diversificou sua linha, passando a atender ao Itamarati, Santa Terezinha e campus da Universidade Federal.

Para isto, aumentou sua frota para 15 carros. Todos os ônibus que serviam à região passavam pela estrada velha do Engenho Nogueira, uma via de grande movimento, porém até hoje de terra. Mas quando foi inaugurada a Catalão, passaram a rodar pela avenida asfaltada, sem qualquer consulta à população do Engenho Nogueira, agora acrescida pelos contingentes operários das vilas que surgiram à sua volta. Apenas três carros continuaram seguindo o trajeto anterior, sendo que, nas horas de pouco movimento, somente dois faziam o serviço.

«E o povo sempre reclamando uma providência à SMT. Chegaram até a responder que não iam tomar conhecimento. Quando a gente telefonava, eles desligavam na nossa cara, quando ficavam sabendo que era reclamação contra a linha Itamarati». (Manoel Pacheco, funcionário aposentado da Prefeitura, pai de 11 filhos — mora no bairro há 30 anos).

«O povo ficava até três horas esperando ônibus cedo pra ir trabalhar ou pra voltar pra casa depois do serviço e não passava um carro. Quase tudo operário, pai de família com até 10 filhos, com a marmita debaixo do braço e perdendo o dia de serviço. E ainda por cima são descontados dois dias porque perdendo dia de serviço não recebe o domingo. Só esse morro atrás da pedreira é tudo operário. Eles falam que é favela mas é Vila Novo Cruzeiro. Tem também a Vila Novo São Francisco. É mais de três mil pessoas». (Dona Josefina Ferreira Pacheco, esposa de seu Manoel).

QUEBRA QUEBRA DE ÔNIBUS

Fernando Assunção



A gota d'água

Naquela quinta-feira, após a costumeira espera de três horas pelo coletivo, passa um ônibus e não pára, era demais para aquela gente que já se desgastara em todas as formas pacíficas para tentar a solução do problema:

«Corre por aí na boca do povo que o José Cipriano, conhecido por José Bicuiba, dono da linha, andava dizendo que reclamação contra ela não adiantava. Que enquanto houvesse nota de quinhentos cruzeiros não adiantava reclamar, que os carros eram dele e que ele fazia o que queria. Até o povo não agüentou mais. O pessoal revoltou. De manhã ficaram três horas esperando carro para trabalhar. Na volta o chofer não queria passar pelo Engenho Nogueira. Os operários que moram na vila obrigaram o chofer a passar por aqui. E tinha um colosso de gente esperan-

do o ônibus querendo ir pra cidade. O chofer falou que não ia pra cidade. Então fizeram ele descer na marra e o povo choveu de pedra em cima do ônibus». (seu Manoel).

«Aconteceu que eles quebraram dois ônibus. Um foi na frente do Grupo. Isso foi quinta-feira à noite. Eu tava vendo televisão e ouvi uma zoeira. Fui ver e era o povo quebrando o ônibus. Eram umas 40 pessoas, tudo operário que tem que pegar serviço e vive perdendo emprego. Depois ficamos sabendo que um pouco antes tinham quebrado um outro na Catalão e jogaram os bancos no mato. O motorista queria reagir mas o povo falou que o caso não era com ele, que era com o dono da linha e era pra ele ficar de fora». (dona Maria — o nome é fictício, pois ela pediu que não fosse publicado o seu).

«Os carros da empresa corriam da cidade até o Itamarati. Por causa de

uma deficiência na rua, um buraco, coisa pequena, a empresa resolveu tirar os carros e fazer o ponto final do lado de cá, dizendo que era pra não quebrar os carros. Mas até carreta de 35 toneladas nunca deixou de passar no lugar. Só os ônibus Itamarati. Da primeira vez, ela pôs dois carros velhos no ponto de cá. Dos dois só ficou um. Esse ficava duas, três horas sem passar. Aí o pessoal, de tanto sofrimento da população, levou em desespero e apedrejou o coletivo. Isso foi de frente o grupo. Tinha mais de trinta pessoas apedrejando o ônibus. No dia que eles perderam a cabeça, uns quinze operários perderam o dia de serviço. Depois da quebradeira o dono deixou a linha sem carro por uns dois dias. Só voltou por interferência dos moradores. Eles andam massacrados por causa da condução». (Araci Felisbino de Sousa, pai de família — mora no bairro há 59 anos e tem uma pequena venda perto do local onde aconteceu um dos quebra-quebra)».

«Aconteceu que eles quebraram dois ônibus. Um foi na frente do Grupo. Isso foi quinta-feira à noite. Eu tava vendo televisão e ouvi uma zoeira. Fui ver e era o povo quebrando o ônibus. Eram umas 40 pessoas, tudo operário que tem de pegar serviço e vive perdendo emprego. Depois ficamos sabendo que um pouco antes tinham quebrado um outro na Catalão e jogaram os bancos no mato. O motorista queria reagir mas o povo falou que o caso não era com ele, que era com o dono da linha e era pra ele ficar de fora. Depois disso o dono da linha recolheu os carros e aí o povo foi à SMT e reclamou e os carros apareceram no sábado, domingo e segunda. Na terça eles sumiram de novo e só apareceram depois que a reportagem da Globo esteve aqui». (Dona Maria — o nome é fictício, pois ela pediu que não fosse publicado o seu)

«O problema dos ônibus agora já está normalizado. As pessoas interessadas se organizaram e se manifestaram. O pessoal do bairro levou ao conhecimento da imprensa e das autoridades. No mesmo dia a reportagem da Globo e o SMT estiveram no Grupo. Já estamos no terceiro dia de perfeito funcionamento da linha». (Ivone Jannuzzi de Oliveira, diretora do Grupo Escolar).

Uma solução impopular — a repressão

Apesar de todo o otimismo da diretora do Grupo Escolar, no mesmo dia em que era entrevistada, duas professoras ainda não haviam chegado, por problema de ônibus. A situação parece não ter sido resolvida assim tão satisfatoriamente. Além da TV Globo e da SMT, os moradores do bairro tiveram outra visita desagradável: a polícia.

«Ela veio, prendeu um menor de 17 anos dentro do ônibus, levou para o DOPS e fez pressão com ele lá dentro pra ele levar uma lista com o nome de pessoas. Ele então catou umas assinaturas do povo, de gente do bairro, de apoio pra ele, mas nós não deixamos ele entregar a lista pro investigador. Nós formamos uma comissão de cinco pessoas e fomos juntos com o menino no DOPS. Aí o delegado falou que não tinha mandado prender ninguém dentro do ônibus, principalmente menor. Foi arbitrariedade do investigador. O menino agora tá com medo de sair de casa» (seu Manoel)

«A polícia esteve investigando, que-

rendo saber quem quebrou os ônibus mas ninguém é bobo de contar. O negócio é a favor da gente». (dona Maria)

Além de acompanhar o menino ao DOPS, a comissão de moradores do bairro foi também à TV Globo e a outros órgãos de imprensa, à SMT e ao SCGI, levando uma cópia do requerimento que a diretora do grupo escolar enviara à inspetora, comunicando que ia suspender as aulas por falta de transporte.

«Isto foi na sexta-feira, dia 19. Mas ontem mesmo, dia 26, ficou três horas sem carro. O povo não acredita mais na empresa. Depois de todas as arbitrariedades com o povo, nos resolvemos tomar medidas. Ou vai ou racha. Tivemos que recorrer aos órgãos pra que eles dessem uma solução. Agora vamos ver se a linha vai manter o normal». (Wilson Lins, pai de família - mora há sete anos no bairro, onde tem uma oficina mecânica. Também participou da comissão).

«Ate agora o problema tá resolvido. Mas eles são muito sem-vergonha. Eles põem três carros e depois vão tirando». (Dona Maria)

Quebra-quebra: por que?

Como explicar a crescente onda de quebra-quebra dos transportes coletivos no Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, enfim nas grandes capitais?

Estes acontecimentos aparentemente surgem como uma consequência irracional ou anárquica, embora inevitável face às duras condições de vida a que estão submetidas as massas populares no atual regime autoritário. Mas, na realidade, ao assumir as características de violência rebelde, eles não só mobilizam o Estado para responder à sua ação (mesmo que essa resposta seja a repressão e a força) mas também afirmam ante as massas sua própria potencialidade como força capaz de intervir na sociedade.

A explosão de 1974 - quebra-quebra da Central do Brasil, no Rio - que chegou a mobilizar mais de três mil participantes, se repetiria cerca

de um ano depois. Desta vez, porém com tal furor popular, só comparável aos quebra-quebra de ônibus e bondes em São Paulo e à destruição das barcas da Companhia Cantareira, que faziam a travessia Rio-Niterói, depredadas por uma multidão de 30 a 40 mil pessoas, que chegou a enfrentar as forças do corpó de Fuzileiros Navais, armadas de metralhadoras, pondo-as para correr. Também em outubro de 1974 a população das cidades satélites de Brasília depredaram 40 ônibus. Em julho de 1975, as revoltas populares sucederam a mais um dos costumeiros acidentes com transportes suburbanos - que matam e mutilam trabalhadores - em que ficaram feridos duzentos passageiros. Nos dias e semanas seguintes tomariam a forma de um protesto contra os atrasos considerados normais pela Rede Ferroviária Federal. As revoltas assumiram tal proporção que exigiram uma intervenção direta e imediata do governo federal. O próprio presidente da República, general Geisel, cancelou uma viagem para ir pessoalmente à sede da RFF exigir medidas urgentes.

Apesar de uma das primeiras e mais urgentes medidas adotadas pelas autoridades ter sido o reforço do esquema de segurança em todo o sistema de estações de subúrbios da Baixada Fluminense, uma nova onda de quebra-quebra aconteceu, atingindo em meio dia nove estações. Logo vieram os apelos das autoridades à calma e ordem públicas, e toda região foi ocupada por tropas da Polícia Militar do Estado, polícia do Exército e pelo serviço de segurança da RFF.

Em princípio de 1976, irrompe na região da Grande São Paulo nova onda de depredações, em menos de seis meses após os acontecimentos da Baixada Fluminense. As autoridades encarregadas da Segurança Pública não mais escondiam seu temor diante desses fatos.

Porém, essas revoltas não são protestos cegos e irracionais, como pode parecer à primeira vista. Elas não se esgotam na destruição dos próprios meios de transporte mas são dirigidas contra as autoridades responsáveis e

em última instância contra o Estado, e surgem com uma clara expectativa de obter resultados concretos. Se, por um lado, essas revoltas são limitadas e não têm uma estrutura organizatória prévia, por outro elas constituem uma deslegitimação das autoridades estabelecidas e têm um significado e efeitos políticos nítidos: a escolha dos alvos não é arbitrária. As revoltas respondem a anseios coletivos



vos e finalmente exigem uma definição por parte do próprio Estado.

A presença constante e maciça das forças de repressão, assim como a ausência de órgãos legítimos de reivindicação, dificultam a percepção de formas coletivas organizatórias de luta pela melhoria das condições materiais de vida e de cultura.

A identidade coletiva

A massa popular que participa dos quebra-quebra não é um aglo-

merado casual de pessoas cuja ação é momentânea e inconseqüente. Constitui a força de trabalho que abastece o comércio, a indústria de construção e as grandes empresas de produção e de serviços.

A viagem é parte da sua jornada de trabalho, já que nela gastam uma parte importante de seu tempo. A precariedade dos transportes coletivos põe em questão sua própria subsistência. Desta forma, uma ação individual logo ganha adesão da massa e se torna coletiva. Não existe organização prévia, mas uma identidade de condição e de propósito. A própria natureza do transporte coletivo reforça esse sentimento de identidade. Apesar da luta diária por um lugar, na hora de entrar eles se ajudam. São todos conhecidos pelo menos de vista.

O alvo último desses movimentos das massas urbanas é o Estado. As massas populares quando se rebelam têm, por um lado, um objetivo concreto, que é melhorar, a curto prazo, as condições de transporte que lhes são impostas. Por outro lado, elas manifestam na sua própria ação um sentimento de identidade coletiva e de propósito com que se impõem, de maneira autônoma, como interlocutor ante o poder.

Desta forma, esses movimentos sociais das massas urbanas, baseados na ação direta, colocam uma série de problemas novos para a avaliação do papel político das classes populares na sociedade.

Estamos diante de movimentos sociais que têm como ponto de partida a ação espontânea e não-organizada. Porém, suas raízes devem ser encontradas na própria natureza do atual modelo político brasileiro.

Esses movimentos representam uma clara reação das massas urbanas diante da deterioração de suas condições de existência. E, através de um desenvolvimento próprio, eles conseguiram afirmar sua potencialidade, ante um poder que os ausentou do cenário social e político do País.

A parte analítica foi extraída do trabalho «A revolta dos suburbanos» ou «Patrão, o trem atrasou» de autoria de José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier, (professores de Ciência Política no departamento de Ciências Sociais da USP e de Antropologia no Instituto de Ciências Humanas da UNICAMP) apresentado em julho deste ano, durante a 28ª reunião da SBPC.

EDITORA PROVIDENCIA N.S. CONCEIÇÃO

- Completa linha de serviços dentro do ramo
- Garantia no prazo de entrega
- Alta qualidade
- Preços de competição
- Impressos urgentes
- Fotolitos

CONSULTE-NOS NA CONFECÇÃO DE

LIVROS, JORNAIS, REVISTAS,

FORMULÁRIOS

Rua Além Paraíba, 189 —
fone: 442-0468



CENTRAL ELETRÔNICA

A única oficina
eletrônica especializada
em sonorização de
veículos

**R. Aquiles Lobo, 441
fone: 221-6040**

QUEM É DE PEDRA?... Um Novo Caminho para a Psiquiatria - Jan Foudraine - Constitui este "um dos mais sérios depoimentos e mais oportunas denúncias ao tratamento que a psiquiatria convencional dispensa às pessoas com conflitos emocionais".

PSIQUIATRIA E PODER - Giovanni Berlinger - Examina o problema da doença mental sob um enfoque pouco explorado: "o uso crescente de meios e de pessoal 'científico' para o controle e a manipulação da mente humana através da informação, da publicidade, da educação, da indústria cultural: aos especialistas é confiada a tarefa de adequar os homens às exigências do poder, de segregar e reprimir os que se recusam às suas leis".

QUESTIONAMOS II - Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição - Compilação de Marie Langer.

**NOVOS LANÇAMENTOS DA
INTERLIVROS**

Nelson
MAGRELO

ELE DESPREZA TODO MUNDO,
BASEADO NO DINHEIRO...

MEU
PATRÃO
É UM
BURGUESÃO
NOJENTO!



EU
NÃO!

EU DESPREZO TODO MUNDO BASEADO
APENAS EM CRITÉRIOS INTELECTUAIS...



Nelson 76

ESPALHAFATO

«Estado de Minas», um jornal fraco

«O Estado de Minas» — tem 49 anos de existência e no último domingo apresentou-se com 88 páginas. É mal paginado e mal impresso, um desafio à óptica e à visão dos leitores. Sua visualização lembra muito a do «Jornal do Brasil» mas com tipos muito miúdos. Pertence à rede dos «Diários Associados» e sua página de opinião lembra a do «O Jornal», há 30 anos. É um jornal fraco, que domina a praça porque não há outros.

A tragédia do jornalismo mineiro é muito grande. Produziu e exportou os maiores jornalistas e escritores das últimas gerações, mas não soube criar condições para que as novas formadas de talentos que ali são permanentemente gerados fossem devidamente aproveitadas. Montanheses, diz-se são econômicos, mas Minas esbanja no Rio e São Paulo seus talentos literários e jornalísticos. Resultado: os dois grandes jornais cariocas e os dois paulistas somados fazem uma circulação diária de quase dez mil exemplares em Belo Horizonte e arredores, o que demonstra o mercado potencial para produtos de boa qualidade naquela praça. Na primeira página vários assuntos locais.

Coluna Jornal dos Jornais de Alberto Dines no jornal Folha de São Paulo de 5/12/76.

PUXÃO DE ORELHA NA TELEMIG

A péssima qualidade dos serviços da Telemig chamou, por fim, a atenção até mesmo dos deputados da Assembleia Legislativa. Sérgio Ferrara, do MDB, em discurso pronunciado no dia 3 último, critica «as distorções no serviço telefônico em Belo Horizonte». E enumera as irregularidades, como «a cobrança de chamadas que não foram realizadas, os atrasos na instalação dos aparelhos, os constantes defeitos e as irritantes mudanças dos prefixos — de duas a três por ano».

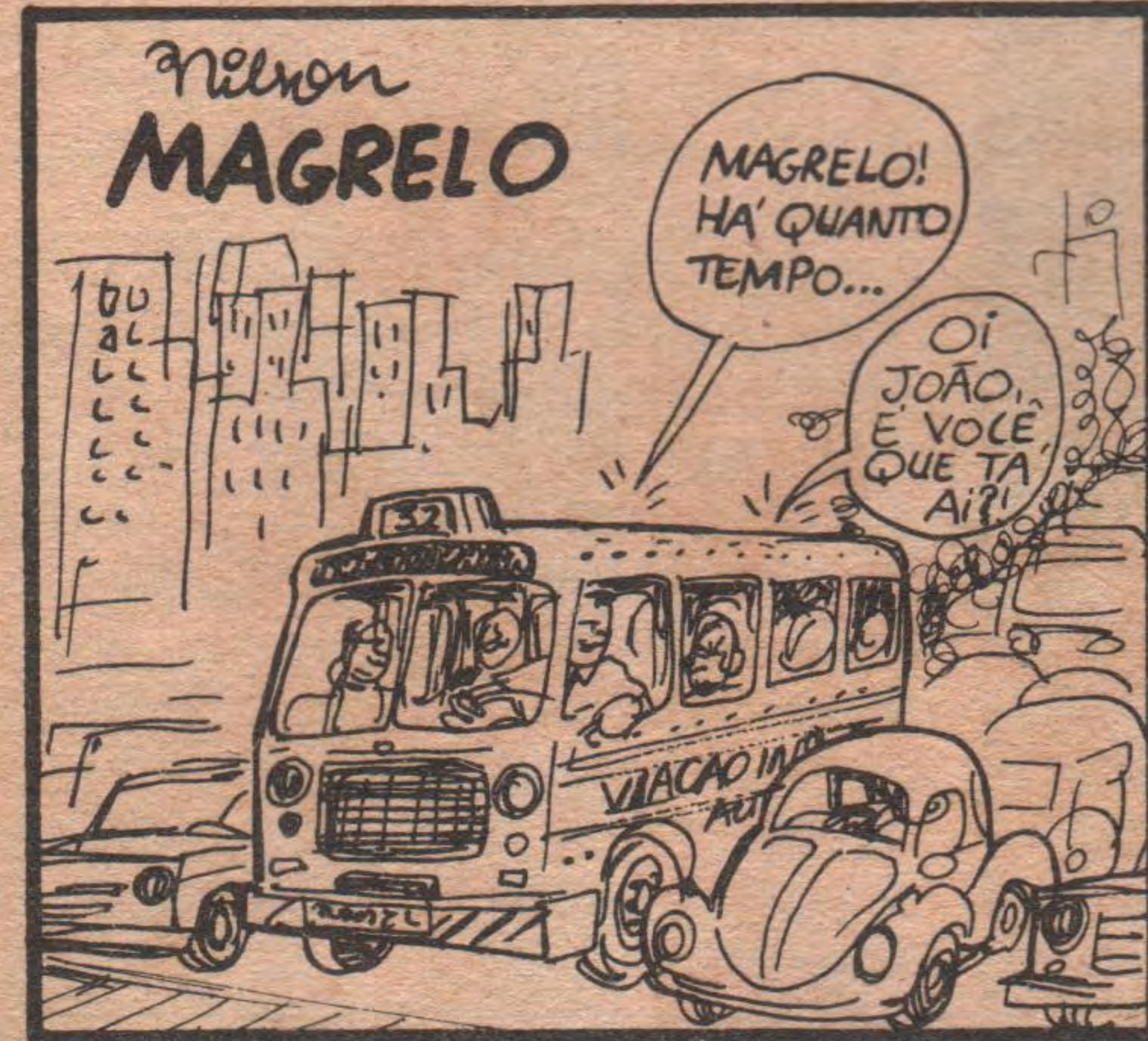
Tomás Edson, vereador do MDB, preferiu falar sobre a dispensa de 96 empregados feita pela Telemig, alegando que o corte de verbas do governo federal — da ordem de 40 por cento — cancelou os programas de expansão previstos para o próximo ano e deixou em disponibilidade grande número de empregados.

— Em lugar de dispensar os empregados — argumenta o vereador por que a Telemig não diminui seus gastos com obras faraônicas, com o luxo de seus gabinetes ou com a manutenção de numerosa frota de veículos?

Nelson
MAGRELO

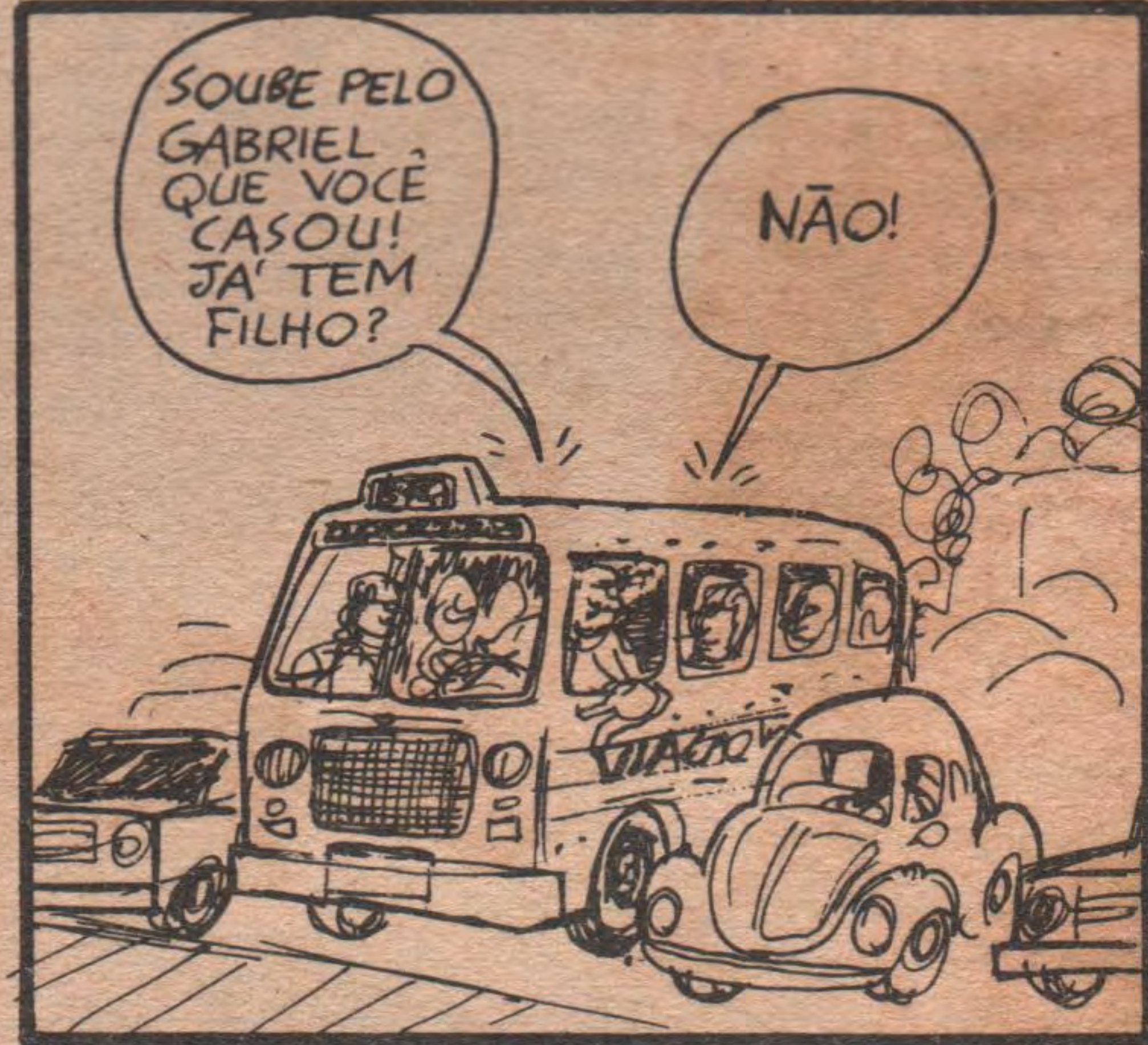
MAGRELO!
HÁ QUANTO
TEMPO...

OÍ
JOÃO,
É VOCE
QUE TÁ
AÍ?

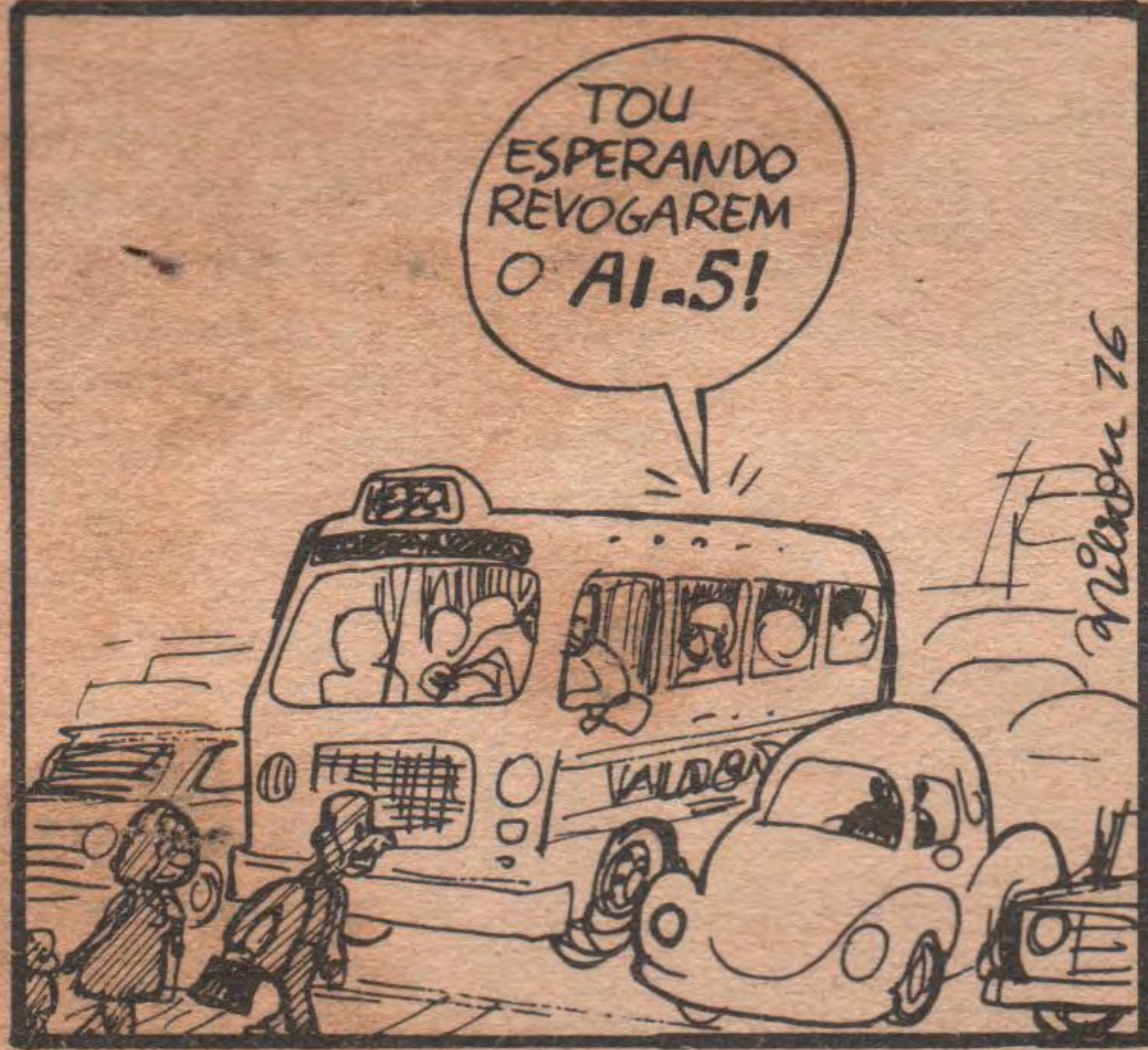


SOUBE PELO
GABRIEL
QUE VOCE
CASOU!
JÁ TEM
FILHO?

NÃO!



TOU
ESPERANDO
REVOGAREM
O AI-5!



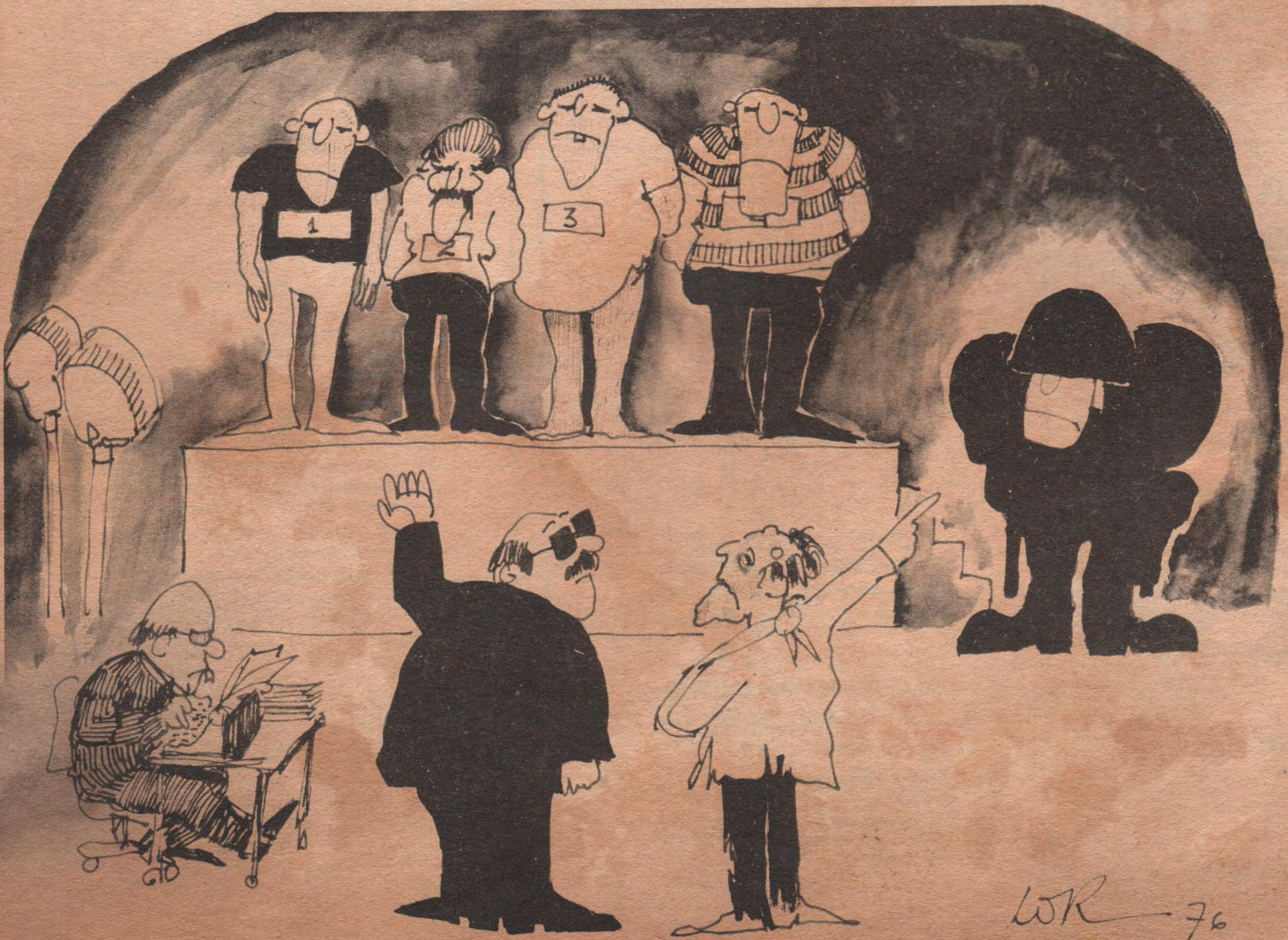
Nelson 76

MAGRELO
POR Nelson

NÃO CONSIGO
RECUSAR NADA
DO QUE ELE ME
PEDE, POIS AFINAL
ELE ME ACEITA
COMO EU SOU!



Nelson 76



LOR 76

ESPALHAFATO

SINDICATO DOS JORNALISTAS

CRÉDITO

EDUCATIVO

ATACA NOVAMENTE

A eleição para indicação de três jornalistas para trabalharem junto à Justiça do Trabalho, no último dia 29 de novembro, demonstrou como o Sindicato dos Jornalistas de Minas foi fortalecido depois que a atual diretoria deu um chego pra láos antigos pelegos e picaretas. Vamos aos números: na eleição da diretoria atual apenas 216 associados estavam aptos a votar; agora, na eleição dos vogais, 618 associados poderiam depositar seus votos, e destes 370 votaram.

Dia 1 de dezembro, os jornais publicaram uma circular do MEC, que prevê uma possibilidade de mais de 40% podendo alcançar de 44% a 45% de aumento para escolas particulares, considerando ainda, que as escolas em «expansão» podem usar de uma taxa de 15% além do estabelecido, como por exemplo é a prática da UCMC. Isto vem, ao mesmo tempo em que o País atravessa uma situação de crise econômica, com a inflação atingindo índices alarmantes. Este aumento vem colocar a grande maioria dos estudantes destas escolas pagas em situação de não poderem continuar seus cursos, pois não houve como sabemos, reajuste salarial ao mesmo nível. Que opção terão estes estudantes? A proposta do MEC, é o «Crédito Educativo», a fórmula mágica que vai resolver o problema do estudante carente.

Desde a implantação do CE, os estudantes, através de suas entidades, vêm protestando contra o seu caráter dubio, que não faz mais que tornar o «estudante carente», em profissional carente». Ele significa ainda, um canal por onde se possibilitaria a implantação do ensino pago nas escolas gratuitas.

Diante das manifestações estudantis, o CE não conseguiu implantar-se efetivamente, pelo menos nos índices esperados. E agora, este aumento exorbitante das mensalidades, visa através desta medida, forçar os estudantes a usar o crédito Educativo.

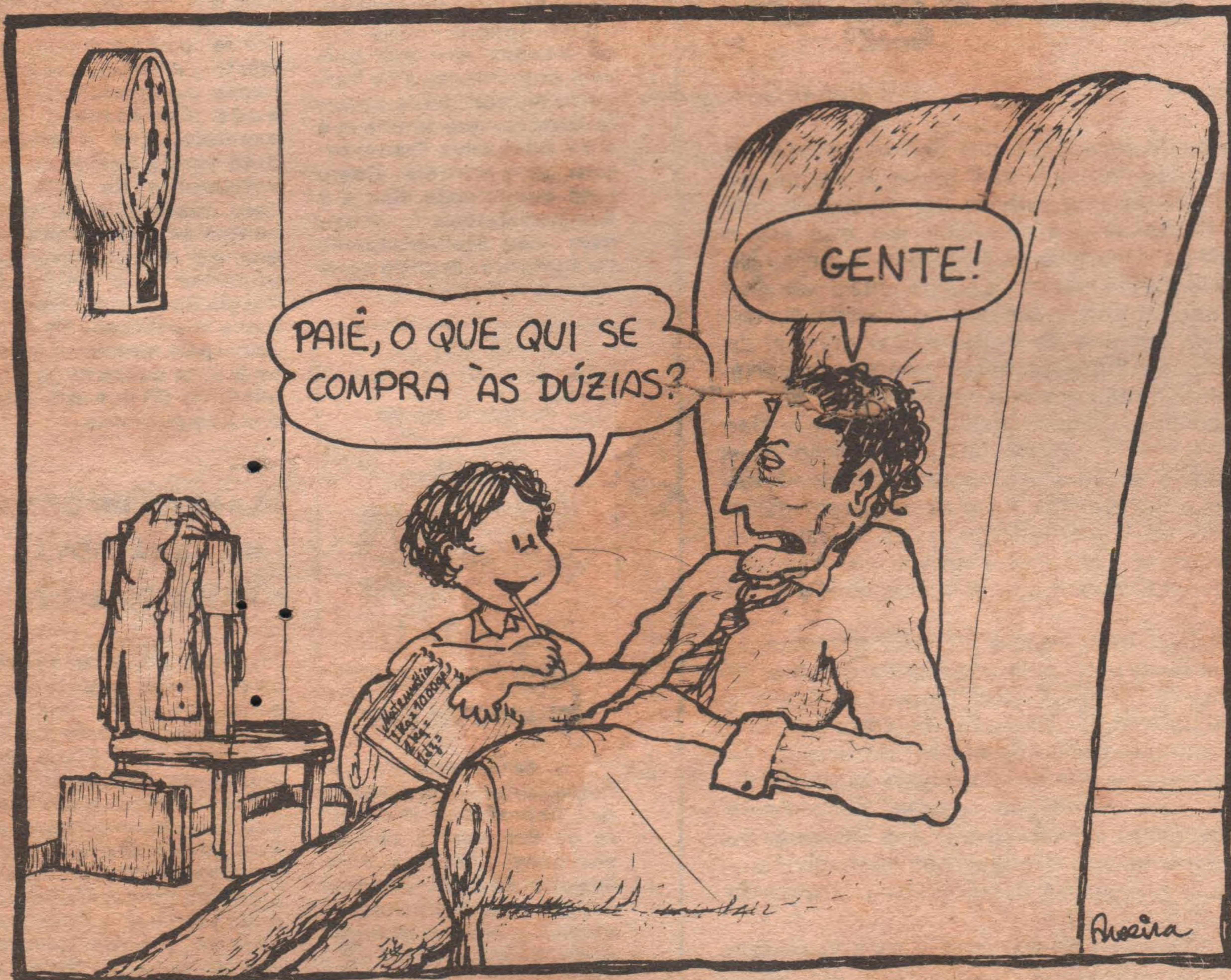
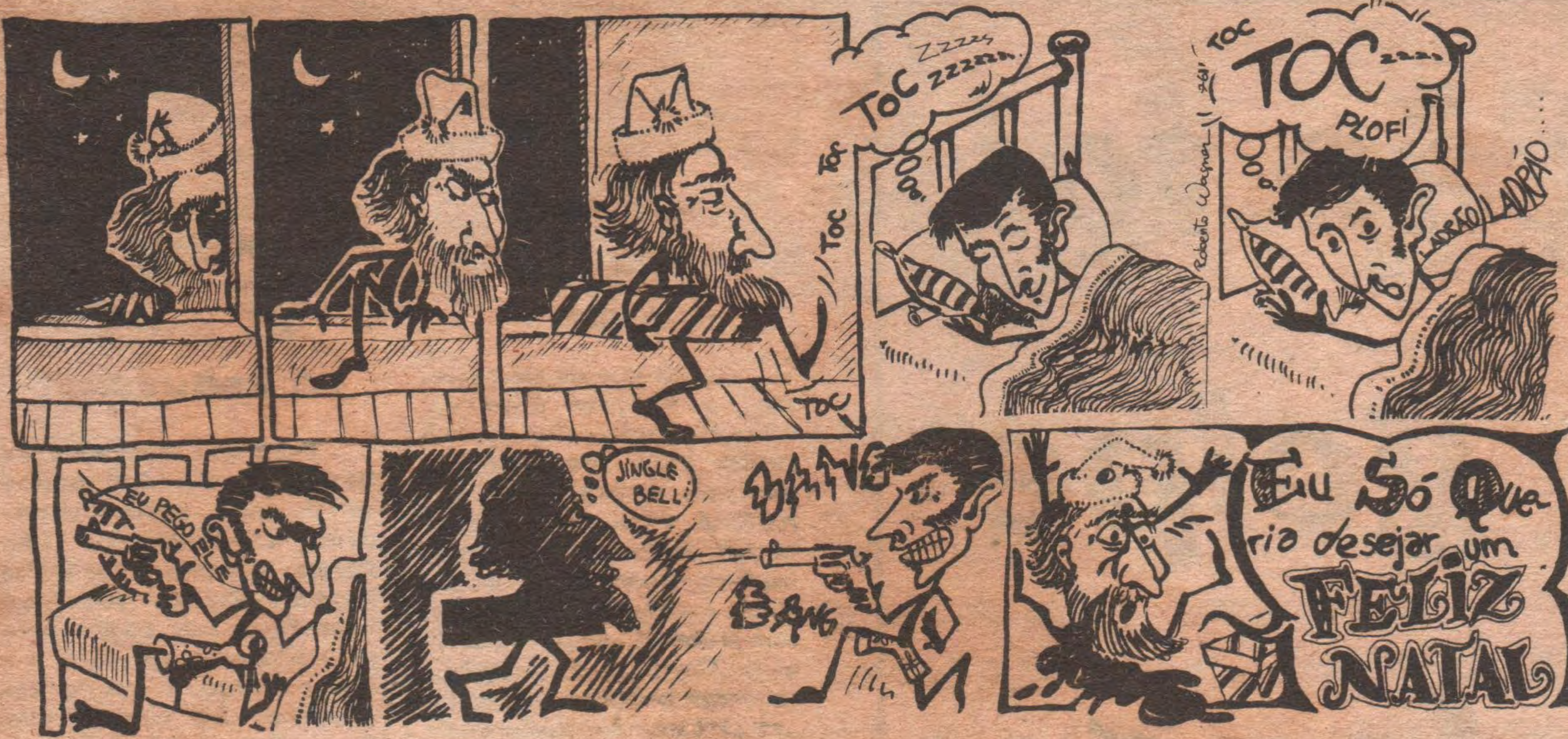
CARTA ABERTA

Estudantes de pós-graduação em Ciência Política da UFMG, diante da iminência da implantação dos cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais e do fechamento do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFMG, dirigiram carta aberta a seus colegas contra a implantação da Licenciatura Curta, na medida em que ela implicará a formação de profissionais sem as mínimas condições de analisar criticamente a realidade, e incentivará a mercantilização do ensino. Manifestaram-se também contra a fascistização dos cursos de Ciências Humanas, a que fatalmente conduzirá a implantação de «Estudos Sociais», na medida em que o ensino seria enquadrado no padrão dos cursos de Moral e Civismo, daí resultando a exclusão do pluralismo e da criticidade, necessários ao trabalho científico e acadêmico. São contrários ainda ao ato repressivo da Congregação da Fafich dirigido ao Diretório Acadêmico, atingindo o legítimo direito de os estudantes discutirem livremente os assuntos de seu interesse.

O DEBOCHE DO LADRÃO

A televisão tem mostrado, nos últimos dias, um filme da MBR (o rato que rói a serra do Curral), no qual, além de esbanjar tecnologia, diz muito descaradamente que a mineração preserva a mata do Jambreiro, constrói isto e aquilo e arrecada não sei quantos milhões para o

Estado. É uma senhora propaganda, de pelo menos 1 minuto de duração. É isto aí! Como dizia o Euro Arantes, eles não se contentam mais em explorar. Sentem necessidade também de esfregar a exploração na cara da gente. É o deboche!



Coração foi o último golpe contra Jango

J. B. Mares Guia

A vida pública de Jango é o percurso de uma vereda de paradoxos, que tem na tragédia do suicídio de Vargas o seu artilheiro ponto de partida. Ministro do Trabalho no 2º governo Vargas, ao anunciar à Nação, em fevereiro de 1954, o aumento de 100% nos salários dos trabalhadores, Jango atrai contra si o ódio concentrado das forças anti-populares e anti-nacionais, que, sob a batuta da grande imprensa — a mesma de hoje —, da UDN e dos militares da Escola Superior de Guerra e do Clube Militar, tramavam o golpe de Estado. O jovem ministro gaúcho então retira-se para o exílio no Uruguai, por certo triunfantemente. Em agosto Vargas suicida-se. Parecia que os sinos dobravam sobre a nação traumatizada anunciando a vitória do corvo e dos corvos, de Carlos Lacerda e dos interesses aos quais tão servilmente se submetera, então no posto de porta-voz parlamentar dos corvos, isto é, das forças fascistas e da direita golpista.

Tinha início ali a escalada — 10 anos depois politicamente vitoriosa (movimento de 64) — das forças que impuseram a Vargas a «renúncia», e às quais, como uma verdadeira declaração de princípios, ele respondeu trágica e grandiosamente com o suicídio. As massas trabalhadoras urbanas, as camadas médias assalariadas e os setores progressistas da população em geral, tomaram de assalto as ruas, e o País foi a beira da guerra civil. A grande imprensa, os militares golpistas, o corvo e seu séquito, a burguesia internacionalizada, a burguesia agrária e o latifúndio, os literatos servis, todos entraram em compasso de recuo, atônitos e aterrorizados ante a repulsa das forças populares à investida golpista.

Jango retorna do exílio. Era, por assim dizer, o herdeiro de Vargas e principal dirigente do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB. O ano de 1955, que veria mais uma arremetida golpista do corvo e dos corvos (11/11/55), era o ano da aliança PSD-PTB, com Jango candidato à vice-presidência ao lado de Juscelino, em oposição, principalmente, à UDN. Também era aquele o ano base da internacionalização da economia brasileira, da penetração do capital estrangeiro na economia, consolidando-se a partir daí um novo estilo de desenvolvimento baseado na produção de bens duráveis de consumo (automóvel etc.) para uma população restrita, socialmente privilegiada e de altas rendas. Este estilo de desenvolvimento derrotava o Plano Nacional de Reconstrução Econômica (PNRE) que Vargas concebera, atribuindo a ênfase ao desenvolvimento da Petrobrás, Eletrobrás, indústrias de base, ferrovias, e, até mesmo, da agricultura, através da «reforma agrária».

A vice-presidência de Jango era a porta de entrada na vereda dos muitos paradoxos que ele haveria de defrontar, quase sempre sem deles ter se dado conta. Nacionalista, por certo, apesar de ser grande latifundiário, era ele o vice-presidente do governo que abria as portas ao capital estrangeiro e a avenida de mão única da internacionalização da economia brasileira. A chamada burguesia nacional, que submissamente o hostilizara em fevereiro de 54, era indigente demais para livrar-se da tutela política e ideológica das forças anti-populares e anti-nacionais. Jango não representava a burguesia nacional, não ser retoricamente. A burguesia nacional não tinha um projeto próprio de desenvolvimento para a nação. O «janguismo» expressava, assim, uma aliança entre forças que irremediavelmente se haviam divorciado nos anos 54-55 e que mantiveram as aparências ao longo de quase uma década.

Adversário de Jânio nas eleições de 1960, com ele, entretanto, comporia na vice-presidência da República. Mais uma vez em agosto o corvo e os corvos tramam o golpe branco, e Jânio renuncia, dirigindo-se para o Uruguai, a espera de que o povo o reconduzisse nos ombros à presidência. Jânio era como uma nave espacial, equidistante — ou querendo messianicamente ser de todos os interesses e ao mesmo tempo a todos querendo tutelar, como aquela é equidistante de todos os pontos da superfície que do alto ela recobre, sem nunca tocá-los.

O povo não o reconduziu, mas à presidência conduziria aquele que, mais que vice-presidente, era dirigente de partido (PTB), e que a memória popular identificava com o próprio Vargas. Tem início, então, a etapa derradeira da tragédia, tragédia, sim, desde o ponto de vista das massas. Mais uma vez os paradoxos minavam as pretensões de «portador do processo histórico», que sem dúvida, solitariamente, é sem se saber assim, do Olimpo presidencial Jango alimentava.

No plano econômico predominava a vontade dos corvos que mais uma vez tramavam para fazer prevalecer também a sua vontade política. A presidência seria poderosíssima e politicamente dirigente se a vontade que dela emanava fosse a vontade da imensa maioria da nação, mobilizada, conscientizando-se, combativa, na cidade e no campo, envolvendo operários, rurais e urbanos, camponeses, funcionários, bancários, intelectuais e militares. A luta entre estas duas vontades políticas antagonicas e efetivas paralisava o presidente, cuja vontade, pálida e indigente, não ousava associar-se à força popular, que, poderosa e efetiva, certamente o haveria de ultrapassar.

Jango reinava, mas não governava. A situação era explosiva, e ele esperava a todos acautelar, ou tutelar. Exilara-se na presidência, solitário na tragicomédia privada do Olimpo, numa época em que o povo sabidamente não mais queria respeitar os deuses e as outras vontades. O comício da Central do Brasil (13/03/64) pode ter sido o despertar privado de Jango, entretanto, tardio, e por certo ineficaz. No 31 de março triunfou a vontade dos corvos. É injusto responsabilizar Jango. Não era ele um dirigente de massas, nem o seu um partido dirigente de massas. A morte apenas põe fim ao exílio de 15 anos, iniciado em 1961.

ESPALHAFATO

**MINERVA:
COMO ELES
AGEM**

Como era de se esperar, o Projeto Minerva, apresentado em nosso rádio, está cheio de segundas intenções. MINERVA vem de Multiple Input Network for Evaluating Reactions, Votes and Attitudes, projeto subsidiado pela Fundação Ford que procura realizar programas de TV em circuito fechado onde estão assegurados o intercâmbio emissor-receptor e a conseqüente «participação» das comunidades em sua própria comunicação no Terceiro Mundo. Esse projeto Minerva que temos aí é a TV Educativa Transportada para o rádio. Quem está dando esta dica é o Armand Mattelart, em seu livro «As Multinacionais da Cultura». Sujeito competente o Mattelart.



CLAMOUR GIRL

A Secretária de Turismo, Informação, Cultura e Esportes da Prefeitura de BH não só participou como financiou a babuquice do Concurso Glamour Girl, sob pretexto de ajudar o menor abandonado, destinando 15 mil à promoção. A equipe do De Fato está em dúvida se glamour girl faz parte do turismo, informação, cultura ou esporte; mas uma certeza nós temos: o menor continuará abandonado.

**TELEMIG
NÃO CONHECE
O MINEIRO**

Depois de dar um verdadeiro show de opulência, construindo seu luxuoso prédio na esquina da rua Tamóios com Rio de Janeiro, a Telemig deu com os burros n'água, pois afinal o mineiro não está preparado para os supra-sumos da tecnologia. Para acompanhar o ritmo de suas luxuosas formas, a Telemig experimentou o uso de uma moderna porta de vidro, que, para ser aberta, basta que o cidadão pise uma pequena área a seu redor. Acontece que muita gente não acreditou no «milagre» e insistia em abrir o «troço» à mão. Na impossibilidade de fazer os mineiros compreenderem seus avanços, a Telemig decidiu deixar a geringonça permanentemente aberta. Lá se fo-

ram alguns milhões, perdidos inutilmente.

**NA PISTA
DO ESQUADRÃO**

Perplexo com as contínuas e impunes ações praticadas pelo Esquadrão da Morte de São Paulo, o procurador Hélio Pereira Bicudo resolveu investigar por conta própria o que é, quem é e a quem serve o grupo assassino. As conclusões foram fartas e tudo o que Bicudo conseguiu apurar está claramente relatado no livro «Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte», à venda nas boas casas do ramo. Hélio Bicudo constatou, por exemplo, que o Esquadrão surgiu devido ao envolvimento de policiais com quadrilhas de traficantes de entorpecentes; que um dos maiores implicados é o delegado Sérgio Paranhos Fleury; e que a impunidade de seus principais membros deve-se a uma possível (?) displicência (?) das autoridades competentes.

**PLANHAP INFORMA:
BH TERÁ NOVAS
FAVELAS EM 77**

Pelo o que se prevê, os favelados de Belo Horizonte vão entrar mal no Ano Novo. A partir de 77 o PLANHAP — Plano Nacional de Habitação Popular — começa a ser aplicado na cidade. Para realizar seus trabalhos, nada mais nada menos que um plano de desfavelamento: o órgão vai expropriar 565 mil metros quadrados de terrenos localizados no bairro Gorduras (caminho de Sabará) e nas proximidades do Hipódromo Serra Verde. Nestas áreas serão construídos barracos de 4 metros por 4, ou seja, 16 metros quadrados (olhe à sua volta e imagine o tamanho). Dizem que serão «beneficiadas» 40 mil pessoas, ou seja, serão desfaveladas 40 mil. Por que o PLANHAP pretende fazer isso? Bondade sua? Não, as favelas que serão esvaziadas são aquelas que estão situadas em áreas onde estão previstas obras de vulto, certamente favorecendo as empresas imobiliárias. Embora exista uma lei municipal que prevê o pagamento de Cr\$ 5.000,00 por cômodo no caso de desapropriação — de favela, é bom que se diga —, quem for desfavelado e «beneficiado» pelo PLANHAP não receberá nenhuma indenização. As favelas mais visadas são as situadas na Zona Sul da cidade, onde a maioria de seus moradores estão próximos a seus locais de trabalho, e muitos deles possuem uma casinha igual ou melhor que a do PLANHAP. Adivinha se esse pessoal vai querer mudar lá pra onde o diabo perdeu as botas!

H.P.S. O SOCORRO IMPROVISADO

Na porta do Pronto Socorro de Belo Horizonte. (Hospital João XXIII), o movimento é intenso. Gente aflita, gente ensanguentada, curiosos. Carro entra, carro sai, depois de descarregar mais um ferido.

«Nossa, o negócio aí tá feio».

«Ah, esse não dura dez minutos!»

«Dá licença, olha a frente».

Um homem vestindo roupas comuns, aparência pouco hospitalar, vem puxando corajosamente uma maca entre os curiosos e coloca-a ao lado do táxi, Corcel amarelo, que traz uma vítima toda ensanguentada em seu banco traseiro. Depois de afastar os curiosos, na maioria parentes de acidentados, abre a porta do táxi e começa a puxar o ferido pela cabeça, até conseguir pegá-lo pelo braço. O corpo desliza pelo sangue, que a essa altura empapa todo o banco. Ainda sozinho, continua puxando. As pernas da vítima, inconsciente, batem no chão. Um curioso vê que o homem não vai conseguir sozinho e ajuda a colocar «o fardo sangüinolento» na maca.

Os mais observadores já puderam notar que a vítima sofrera fraturas no crânio e na nuca ao ser atropelada e que uma de suas pernas estava quebrada. Mas não dá para ficar pensando se o pescoço se rompeu ainda mais ao ser puxado ou se a fratura da perna aumentou ao tocar o chão. Alguns curiosos ainda acompanham aquele trabalhador braçal corajoso, até ao portão que separa a portaria do corredor que leva às salas de socorro. Lá dentro, na sala de traumatizados, examinam se o caso é para atendimento ali mesmo ou se vai para a cirurgia.

Como este ferido, em estado de choque, muitos que ali chegam podem morrer na porta, não só por causa do acidente, mas também pelo modo como são recebidos. Basta o simples ato de levantar bruscamente um paciente em estado de choque da posição horizontal, na qual se mantém sua pressão sanguínea mínima, para que ocorra um choque mais violento, equivalente a uma hemorragia extrema (o sangue flui para a parte inferior do corpo, deixando de alimentar órgãos vitais como o coração e o cérebro). Isto pode ser percebido por um atendente de enfermagem bem orientado, mas geralmente quem cuida do ferido no local do acidente não é um profissional de saúde. E na porta do HPS quem recebe o ferido o faz com a mesma técnica com que carrega latas de lixo e



outras coisas. Ora lixo, ora pessoas a beira da morte.

Ao mesmo tempo micróbios que agravam o quadro clínico do paciente.

Não é exigido para a admissão desses «atendentes» no hospital nem o curso primário completo. Como diz o «Tião»: «É só trazer a carteira de identidade, de trabalho, e atestado de bons antecedentes, e ter vaga, que a gente trabalha. Eu até que tive umas explicações de uma enfermeira muito legal, que me ajudou. Mas o resto não teve nem isso. A gente trabalha na limpeza e ajuda aqui na porta quando chega gente para ser levada para as salas de

socorro lá dentro. Todos nós somos empregados da limpeza».

Sua chefe, dona Neide, acha que não poderia usar o pessoal para mexer com os feridos, mas mesmo não tendo curso de supervisão hospitalar tem que deslocar alguns empregados para ajudar no transporte de feridos, pois não há pessoal de enfermagem para o serviço.

Enquanto isso, a rotina prossegue: os curiosos se espalham, conformados por existirem brasileiros bem piores do que seu parente lá dentro; as corajosas moças da portaria continuam fazendo as fichas dos feridos, os detetives de plantão dando seu parecer policial do caso.

Gente vestida de todas as cores, alguns de branco, passam para lá e para cá, todos ligados na mesma emoção: «salvar vidas e o pão-de-cada-dia».

Mas o profissional de enfermagem, trabalhador braçal da medicina, nem mesmo nos grandes centros urbanos tem suas qualificações reconhecidas, aproveitadas, seja no HPS ou em qualquer outro hospital. Com esta visão de administração hospitalar, será impraticável ao País absorver mão-de-obra qualificada, saindo da atual proporção de dois enfermeiros para cada 10 mil habitantes para o mínimo admitido de 19 para 10 mil. Para que esse índice seja atingido, o Brasil precisa de mais 230 mil novos profissionais na área de enfermagem (do atendente ao técnico e universitário).

Tanto o HPS como todas as entidades que entendem a vida humana como algo manipulável, principalmente as organizações privadas, se enquadram nas conclusões do senador Orestes Quércia, falando ao Senado em maio do ano passado sobre as deficiências da previdência social e a responsabilidade do governo. «Assim, num país como o Brasil, cuja população usufrui de um baixíssimo nível de saúde, e onde, portanto, deveria ser redobrada a ação direta e estreita à fiscalização por parte do poder público, assiste-se à degradante avalanche de denúncias comprovadas e admitidas pelas próprias associações médicas».

«Na verdade, a própria classe médica está sendo vítima da concentração de renda em seu próprio setor, porque incentivava-se a formação de empresas que passam a disputar um mercado onde a seleção natural omite totalmente os critérios técnicos inerentes à profissão e premia exclusivamente a capacidade de acumulação de capital».

NA REDAÇÃO DO DEFATO E NAS PRINCIPAIS BANCAS:

NOS MULHERES --- N.º 3

BRASIL MULHER --- N.º 6

PACA TATU

CUTIA - NÃO

N.º 4

ASSINE VERSUS

Nome

Rua N.º

Cidade

Estado Cep

Enviar cheque nominal ou vale postal de Cr\$ 120,00 para Editora Versus Ltda., Rua Capote Valente, 376, Capital, SP, CEP 05410. Cada assinatura dá direito a 12 números de Versus mais edições especiais. Peça nossos números já publicados.



EDIÇÕES MEIA SOLA: O VALOR DO DESENHISTA, SUA OBRA, SEU TRAÇO.

É a expressão mais direta da criatividade de nossos Desenhistas.

Desenhos, Quadrinhos, Cartuns, Posters. É isso. Em edições que variam de um N.º para o outro. Como? Olha só: A N.º Zero é um Poster. Tá pronto. (Vai pra quem mandar o cupom abaixo).

A N.º 1 é um Livro de Quadrinhos e Cartuns: 48 páginas com a participação de 11 Desenhistas da pesada. Impressão porreta. Cores. Um barato! Tá no prelo. A N.º 2 já tá nos planos: Quadrim de Cordel - Uma coleçãozinha de 4 folhetins, cada um com uma historinha completa. E por aí vai: Posters, Livros, Revistas, Folhetos, Cartazes, etc... Tudo Desenho!

Transação pelo CORREIO. Nada de bancas, distribuidoras, e "desaparecimentos inexplicáveis". É mais seguro e mais abrangente. Não fica só nos Grandes Centros... Ah! Quem são os Desenhistas? Anote bem: BENJAMIN, ROBERTO WAGNER, WEIS, GAZINELI, GILBERTO ABREU, LUIZ MAIA, HUMBERTO GUIMARÃES, ELMIR, CELSO, SERGIO, MÁRIO VALE, enfim, a rapaziada Mineira que anda ilustrando o De Fato, Pasquim, Humordaz, Inéditos, Suplemento MG, Jornal De Casa, o Saco e "uscambau"!

Agora é a vez deles mostrarem a sua força numa publicação só de DESENHO/DESENHISTAS. Conheça-os bem.

Quero receber o Poster e mais informações sobre EDIÇÕES MEIA SOLA

NOME

ENDEREÇO

CIDADE

ESTADO

C.E.P.

ENVIAR PARA: EDITORA CORDEL - ARTES VISUAIS LTDA
Rua Caraca, 411 - 30.000 Belo Horizonte, MG
Tel: 223-3188

O governo, a Arena e as eleições

João Batista Mares Guia

Há pelo menos três critérios através dos quais a confrontação dos resultados das eleições pode ser feita. Reduzir os resultados apenas aos votos dados à Arena e ao MDB, e compará-los entre si, sem dúvida é um critério que, parece não ser satisfatório, pelo menos quando se tem a preocupação de analisar os fatos globalmente. Aqueles que têm o espírito dos fiéis discípulos, que à maneira de «bois de presépio» só sabem louvar a vontade oficial, dirão que a Arena venceu folgadoamente, com uma margem de pouco mais de 4 milhões de votos.

Mas qual é o significado dessa vitória? Não há dúvida de que a Arena «venceu» o MDB. Mas a oposição é só o MDB? A oposição em geral foi derrotada? Se não foi, que significado tem a «vitória» da oposição em geral?

Quis a ironia que coubesse ao próprio general Ernesto Geisel formular aquele que nos parece o critério justo para confrontar globalmente os resultados eleitorais. «Quando discursou no Paraná, em Marechal Rondon, há alguns meses, o general Geisel conclamou seus correligionários da Arena a darem ao partido uma votação que superasse a soma dos votos dados ao MDB mais os brancos e nulos. Por este critério, a Arena fica com 17,5 milhões de votos contra 19,5 milhões das

várias oposições em geral». (1) Vistos assim, os resultados eleitorais terão sido favoráveis à oposição em geral, ainda que somente em termos de quantidade bruta de votos, pois a imensa maioria dos prefeitos e vereadores eleitos pertence à Arena. Embora pareça ser este o critério justo para se confrontar os resultados, ainda assim seria no mínimo problemático afirmar que a «oposição em geral» venceu as eleições, sem que antes disso se esclareça o que é esta oposição em geral.

Por último, o terceiro critério de comparação dos dados eleitorais seria aquele que considera os votos o MDB, os nulos e os brancos, como pertencentes à oposição em geral, o que é correto, e, indo mais além, adiciona a estes a abstenção dos 5,5 milhões de eleitores, vista como uma tendência oposicionista do crítica e insatisfação.

Naturalmente, a acolhida do segundo critério para a análise dos dados eleitorais é justa, desde que se queira ir além da simples «expressão quantitativa» das urnas, para se interpretar, de acordo com uma determinada visão política, as tendências do voto popular, projetadas no pano de fundo do estado de coisas adverso que rege há mais de uma década, a política nacional.

O GOVERNO, A ARENA E AS ELEIÇÕES

Se é correto considerar que em política a tática se limita a um sistema de medidas relativas a um problema particular na ordem do dia ou a um domínio determinado da luta política entre as forças sociais em confronto, então não há como negar o fato de que o governo traçou e pôs em prática, coerentemente, uma tática precisa, de ação eleitoral. (2) Mais além da agressiva política de intimidação do MDB e da restrição aguerrida ao exercício da oposição autêntica (cassações etc.) o que de resto foi possível, graças ao adesismo e à ambigüidade oportunista da imensa maioria dos parlamentares emedebistas, o governo impôs ao processo eleitoral sua mais recente tecnologia política eleitoral.

Não basta o quadro institucional que, por exemplo, na melhor tradição dos idos do império e da república velha, marginaliza do processo eleitoral um contingente de 11,5 milhões de brasileiros maiores de 18 anos que não podem votar ou candidatar-se porque são considerados analfabetos. Para estes, o que vale é a noção autoritária de cidadania de plenos deveres. Curiosamente, a educação, que cada vez mais tende a ser um direito elementar e universal dos povos é entre nós considerada uma espécie de pré-requisito para o acesso a outros direitos civis elementares. Restam 42,6 milhões de brasileiros maiores de 18 anos credenciados (alfabetizados) para votar. Seus direitos políticos, contudo, vêm passando gradualmente pelo filtro governamental das liberdades civis, engenho governamental que tem o virtuosismo de decantar da democracia o que ela tem de democracia e chamar ao que sobra... de democracia. O arauto da nova democracia, naturalmente muito ao gosto da nova burguesia, é o ministro da Justiça, Armando Falcão, que há alguns meses, no Recife, disse que o regime atual já é democrático porque é perfeitamente compatível com a democracia, um regime com eleição direta do presidente da república, com «presença atuante das FA» e

«normas especiais de defesa do Estado ao lado das normas constitucionais».

Não bastam os 17 Atos Institucionais, como para o próprio regime já não bastará o AI-5, e são insuficientes a Lei de Segurança Nacional e a transfiguração autoritária e antiliberal operada na Constituição. O agigantamento dos aparelhos estáticos de coerção do Estado; a política trabalhista mussoliniana, que transforma os sindicatos em meros aparelhos de Estado para cumprirem funções de Estado e impedirem a livre organização e expressão dos trabalhadores; todo este elenco de medidas políticas estratégicas que visam a fortalecer o regime e o Estado capitalista, para que seja perpetuada a dominação econômica e política das classes e camadas dominantes sobre as classes e camadas populares subordinadas, tudo isto não é suficiente para que o governo se sinta resguardado num período eleitoral.

A LEI FALCÃO

O que faz o governo? Em primeiro lugar, impõe a lei Falcão, cujo resultado mais imediato — e esperado — foi o de dificultar, e em alguns casos impossibilitar, a eleição dos candidatos identificados com as camadas populares. A lei Falcão pode ser perfeitamente chamada de «lei da seleção econômica», em «espírito» muito afinada com os «saudosos» tempos do 1º reinado, quando em 1823 o projeto constitucional de Antônio Carlos estabelecia que o candidato ao futuro parlamento deveria ter uma renda anual mínima equivalente a 500 quintais de mandioca, o que, naturalmente, faria de tal parlamento uma «propriedade» exclusiva dos latifundiários. Para que se tenha uma idéia, em BH não houve candidato a vereador que não gastasse menos de 50 mil cruzeiros. Na Arena, embora derrotado, houve quem gastasse perto de 1 milhão de cruzeiros, contrariando a lei que permitia um máximo de 60 mil para gastos em campanha.

Para dar mais efetividade à lei Falcão, através dos senhores José Bonifácio e Célio

Borja, quis o governo determinar os temas do já empalidecido (pela mesma lei Falcão) debate pré-eleitoral, sugerindo que os problemas municipais deviam ser tratados sem qualquer referência às questões políticas nacionais, tais como concentração da renda, a internacionalização da economia, a dívida externa, os direitos humanos, a questão operária, a questão agrária e a questão da democracia.

Em segundo lugar, o governo passa a utilizar toda a máquina estatal, e em particular a aparelhagem governamental, a serviço da Arena, ou, para dizer melhor, a serviço de si próprio e dos interesses exclusivos que ele representa. A intensa e milionária propaganda oficial, à qual não se aplicou a lei Falcão; a manipulação eleitoral das políticas públicas e dos bens públicos (Rogério Vidigal, da Arena de BH, foi eleito graças ao uso eleitoral e ilegal da máquina administrativa e patrimonial da Secretaria de Educação da Prefeitura); e até o controle e direção da luta pré-eleitoral nas capitais e nas cidades de maior significação sócio-econômica e política do interior, foram alguns dos ingredientes da nova tecnologia eleitoral do governo.

Deixadas à parte as adesões de última hora preparadas como planta de estufa com boa antecedência — Lauro Péricles, prefeito de Campinas, do MDB, passou para a Arena nas vésperas das eleições —, senhor das regras do jogo pré-eleitoral e à maneira de quem está prestes a anunciar uma vitória de Pirro, o governo então proclama a sua vontade, com sabor de desafio: esta eleição é plebiscitária. Oportunamente, esqueceu-se de que plebiscito, de um lado, e AI-5 e Lei Falcão, de outro, são incompatíveis, pois o plebiscito requer pelo menos a liberdade de expressão política estendida a todas as classes e camadas sociais. Em parte estas eleições foram realmente plebiscitárias, característica que deve ser minizada, desde que se compreenda que antes de proclamar a sua vontade o governo recobria seu desafio de todos os ingredientes institucionais anti-plebiscitários, através da anulação da liberdade de debate. E não ficou nisto.

As leis de bolso de colete

Se estas foram as manifestações mais públicas e retumbantes da tática oficial de ganhar eleições, tática que de resto se autodetermina e se impõe à margem da luta política aberta entre as forças sociais adversas, em seguimento a isto e de maneira quase despercebida o vasto terreno eleitoral interiorano foi sendo minado por algumas leis de bolso de colete elaboradas previamente e aprovadas na última hora.

No dia 7/7/76 o presidente Geisel e o ministro Falcão assinaram a lei 6349, que regula a indicação de candidatos a cargos eletivos nos municípios onde os partidos não constituam diretórios municipais. Diz a lei que neste caso «a escolha dos candidatos far-se-á em convenção de que participarão os filiados», sendo que nas convenções municipais «as deliberações serão tomadas com quorum mínimo de 10% dos filiados do partido» (parágrafo primeiro); que «nos casos previstos pela lei caberá à Comissão Executiva Regional (do partido) a convocação das convenções municipais e a designação do delegado para representá-la» (segundo parágrafo); que «as normas referentes à sublegenda (Lei 5.453, de 14/7/68) aplicam-se».

Naturalmente essa foi uma lei preparada debaixo do balaio, e, portanto, é óbvio a quem ela favorece. Conforme se sabe, notadamente em eleições municipais e nas cidades menores, a prática das intimidações de véspera eleitoral se dá em razão da filiação política das pessoas. Então, filiar-se ao MDB envolve sempre o risco de perder o emprego, de ter um parente perseguido e coisas do gênero. À parte a generosidade do MDB com o próprio governo — afinal, o fato de não haver diretório do MDB em mais de 1.000 municípios merece uma reflexão —, é necessário considerar o que significa ser filiado ao MDB num município pequeno. Só a partir dessa consideração é que se compreende o objetivo da formulação da Lei 6.096 ainda de 1975, que permite a participação nas convenções partidárias aos filiados até 45 dias antes de sua realização. Esta lei modificou uma anterior, que fixava o prazo de três meses.



BELORIZONTE COUROS SA

Paraná nº 100 – FONE 442-2511

COMPLETA SEÇÃO DE TAPEÇARIA E DECORAÇÃO
ARTIGOS PARA ARTESANATO EM COURO
COLCHÕES – ESPUMAS – MALAS – PLÁSTICOS

Outra lei tirada do bolso do colete foi a número 6.358, de 10/09/1976, promulgada portanto 50 dias antes da data das eleições — ela estabelece que nos municípios onde os diretórios municipais não realizarem convenções para escolha de candidatos ao pleito de 15 de novembro, a Comissão Executiva Regional designará delegação com poderes para, com antecedência de pelo menos dois dias, convocar e presidir a Convenção a ser realizada até dez dias após a designação, obedecendo as condições estabelecidas nas leis 4.737, de 5/7/1965, e 5.453 (sublegenda), de 14/7/68» (artigo primeiro). O parágrafo dois desta mesma lei generosamente estabelece que «na hipótese de não haver quorum para a realização das convenções, a Comissão Executiva Regional **indicará os candidatos**» (grifo nosso). Traduzida em miúdos, esta lei quer dizer que se faça tudo acordo com o que as leis anteriores mandam e, se isto não for possível, que então se faça como se achar melhor.

No município do Alto do Rio Doce, MG, a Arena fez como achou melhor, assim como em muitos outros. Mas nuns poucos municípios do interior de Minas, onde a Arena «concorreu» sozinha às eleições, o povo ainda fez muito melhor: derrotou o candidato a prefeito com o voto nulo.

Arena: os louros da vitória de Pirro

Dos 3.978 municípios brasileiros nos quais há eleições diretas para a Câmara Municipal e para a Prefeitura (nas capitais, nos municípios considerados áreas de segurança nacional e nos municípios sede de estâncias hidrominerais — os prefeitos são nomeados), embora tenha diretórios fundados em 2.974 cidades, o MDB deixou de concorrer à Prefeitura em aproximadamente 1.500. Calcula-se que em razão disso o MDB não tenha disputado os votos de aproximadamente 3.500.000 eleitores. Mesmo reconhecendo as grandes dificuldades que cercam o trabalho de organização do MDB no interior, e apesar do fato de que entre 1972 — quando o MDB tinha apenas 1.200 diretórios — e 1976 ter feito mais 1.774 diretórios, totalizando, portanto, 2.974 ao tempo das últimas eleições, o fato de ainda inexistirem diretórios em aproximadamente mil municípios requer

uma avaliação crítica, que ainda está por ser feita. Surpreendente, contudo, é o fato de o MDB não ter lançado candidatos a prefeito em aproximadamente 400 municípios nos quais tem diretório. Em Minas Gerais já se sabe a razão pela qual a Arena disputou solitária a prefeitura de algum deles. É que as sublegendas, que são a caricatura das decomposições da UDN e do PSD, ainda são suficientemente capazes para estabelecer vasos comunicantes e nem sempre subterrâneos entre a Arena e o MDB/MG, sob a direção de Renato Azeredo e Tancredo Neves, ambos do antigo PSD, isto como manobra que tem em vista as eleições de 1978.

Do que foi dito, se é verdade que a Arena teve maior quantidade de votos que o MDB, por outro lado a oposição em geral, excluídas as abstenções, obteve 19,4 milhões de votos, ou seja, quase dois milhões a mais que a Arena, apesar de tudo que o governo fez para vencer as eleições.

Confrontando os resultados deste ano com os de 1972, critério de comparação que nos parece correto porque em ambos os casos trata-se de eleições municipais, enquanto que as de 70 e de 74 são nacionais e têm outras características, observa-se que a Arena em 72 obteve 17,2 milhões de votos ou 52,3% da votação e em 76 ela obteve 17,5 milhões ou 41%. Portanto, teve um crescimento quantitativo absoluto, enquanto que em termos relativos ela caiu em 11,3%.

Nestes mesmos anos o MDB obteve 6,9 milhões dos votos ou 20,9% da votação e 13,3 milhões ou 31,7%, em 72 e 76 respectivamente. Portanto, no intervalo de quatro anos de uma eleição municipal a outra, o MDB dobrou a sua votação em números absolutos e cresceu 11% em termos relativos. Muitas outras comparações podem ser feitas.

Particularmente interessa-nos aqui buscar a explicação para o fato de que entre 74 e 76, ou de uma eleição nacional a uma municipal, enquanto o MDB acusa um crescimento de 2,1 milhões, a Arena obteve um crescimento de 12,2 milhões em 74 para 17,5 milhões em 76. Já vimos as condições gerais em que as eleições se deram, condições estas que obviamente fazem parte deste crescimento (não perder de vista que entre 72 a 76 a Arena caiu 11,3% em termos relativos e que o MDB cresceu 11%). Aquela diferença entre 74 e 76 inequivocamente

QUEM GANHOU AS ELEIÇÕES?

Comparação dos totais de votos e das porcentagens de votos nas legendas dos dois partidos entre as eleições de 70, 72, 74 e 76.

	1970	1972	1974	1976
População em idade de votar (maiores de 18 anos)	45,7 milhões	48,6 milhões	51,2 milhões	54,1 milhões
Número de ELEITORES	29,0 milhões	32,9 milhões	35,8 milhões	42,6 milhões
Votaram na ARENA	11,4 milhões (39,3%)	17,2 milhões (52,3%)	12,2 milhões (34,1%)	17,5 milhões (41,0%)
Votaram no MDB	4,9 milhões (16,9%)	6,9 milhões (20,9%)	11,2 milhões (31,3%)	13,3 milhões (31,7%)
Votaram em BRANCO	4,2 milhões (14,5%)	2,3 milhões (6,9%)	3,6 milhões (10,0%)	3,5 milhões (8,2%)
Votaram NULO	1,9 milhões (6,5%)	1,6 milhões (4,8%)	2,0 milhões (5,6%)	2,6 milhões (6,1%)
Não compareceram para votar (ABSTENÇÕES)	6,6 milhões (22,8%)	4,9 milhões (15,1%)	6,8 milhões (19,0%)	5,5 milhões (13,0%)

(Fonte: jornal Movimento, nºs 74 e 75, págs. 2 e 5, respectivamente).

revela a tendência de o MDB ser majoritário nas eleições nacionais, que põem em relevo as grandes questões da política e politizam o processo eleitoral, desde que no MDB prevaleça a linha de atuação daqueles mais identificados com os interesses das camadas populares. Sendo assim, fatalmente o número de votos brancos e nulos, que são claramente de oposição, tenderá a cair percentualmente, significando isto o seu redirecionamento para os candidatos mais combativos e mais conseqüentes que se apresentarem nas eleições, pela legenda do MDB, naturalmente. Por outro lado, o âmbito municipal das eleições em si não autoriza que dele se

deduza de modo automático o favoritismo da Arena, ainda que somente em números absolutos. A associação automática entre âmbito municipal e conservadorismo do voto parece-nos simplista e primária.

Se é verdade que a performance da Arena em 76 à primeira vista permite essa associação, a explicação para o fato parece residir menos nas condições especiais que cercam uma eleição municipal que na postura política assumida pelo MDB, especialmente por aquele setor mais combativo e conseqüente da oposição (isto é, radicalmente contrário às idéias oportunistas e adesistas, tais como a União Nacional etc...).

RESULTADOS EM B.H.

É no espaço eleitoral municipal que os métodos da politicagem eleitoreira clientelista têm apelo e eficácia. «Deputado fica é voando; vereador é que põe o pé no bairro», diz Geraldo, morador no Vale do Jatobá, com o pé de novo no bairro pra tentar ser vereador pela Arena em 1980.

O tema do clientelismo urbano nos últimos anos vem ganhando o mesmo reconhecimento literário que em outra época teve o coronelismo. Enquanto este expressa uma relação de dominação-subordinação econômica, política, cultural e psicológica, que se articula no interior das relações de produção nas áreas de predominância do latifúndio, o clientelismo urbano tem eficácia ao nível dos bairros pobres, sobretudo os de periferia, por serem em geral carentes de «equipamentos urbanos» (rede de água, esgoto, pavimentação, transporte, lazer, educação, saúde, habitação etc.). Assim, a condição de eficácia do clientelismo urbano pode ser comparada a duas tenazes que se fecham: de um lado, atuam as condições políticas e institucionais adversas aos interesses populares, impedindo-os de se expressarem politicamente de modo organizado e autônomo; de outro, se reproduzem as penalizadas condições de vida e de cultura em que se encontram particularmente os trabalhadores brasileiros e as camadas médias pobres.

Estas duas condições estruturais adversas aos interesses populares inviabilizam qualquer pretensão governamental de obter a adesão da imensa maioria da população ao regime autoritário. As relações entre as classes antagônicas de alguma forma têm que ser disciplinadas, segundo os interesses dominantes. Incumbe ao Estado essa função. Inexistindo qualquer base material objetiva que lhe permita angariar a solidariedade popular, para não fazer da política o mero exercício da força contra o povo, articula-se o governo com vistas a estabelecer uma forma de mediação assistencial, tutelar e autoritária, que é o clientelismo,

para o que se serve do seu dócil braço parlamentar, a Arena, e dos oportunistas de todos os matizes que povoam o MDB.

O político de clientela não aparece com frequência vinculado a um grupo econômico determinado, ainda que isto possa vir a ocorrer. Ele é, por excelência, um agente governamental que, para viver, depende da oxigenação que lhe dão os departamentos municipais de transporte, obras públicas, saúde e educação, e, acima de tudo, o próprio prefeito. A função que ele exerce, enquanto agente governamental, é a de simultaneamente despolitizar os movimentos reivindicatórios nos bairros, inibir iniciativas de organização autônoma e colocar-se acima das associações populares de bairro, numa relação de dependência delas frente a ele. Para isto, é absolutamente necessário o recrutamento de «cabos eleitorais», normalmente buscados nas associações religiosas (Sociedade São Vicente de Paula, principalmente) e na própria associação de bairro.

Nesse sentido, os resultados eleitorais de BH são eloquentes. Nos distritos 5 e 7, que recobrem toda a Zona Sul da cidade, abrangendo uma população que socialmente se compõe de uma parte da burguesia local e da imensa maioria das camadas médias de altas rendas, observa-se que o MDB venceu em ambos com a estreita margem de 2% e 7% de vantagem, respectivamente. Nesses distritos, os 5 mais votados da Arena e do MDB num deles são exatamente os mesmos mais votados no outro. Na Zona Sul, bem assistida pela Prefeitura — obviamente —, o apelo clientelístico não tem nenhum sentido. Pelo MDB, foram reeleitos os dois vereadores mais combativos da bancada, Luiz Otávio Valadares e Thomaz Edson, que têm aí os seus maiores «redutos» eleitorais.

O distrito 01 (Floresta e Santa Tereza) deu ao MDB uma margem de 6% de vantagem sobre a Arena. Embora não pertencendo à Zona Sul, estes bairros têm a mesma configuração social. Na medida em que a distância da Zona Sul vai se ampliando, a margem de vantagem do MDB tende a crescer. Por exemplo, nos distritos 02, 03, 04 e 12, que apresentam uma população composta por comerciá-

rios, bancários, funcionários de baixa renda, profissionais (ex-liberais) assalariados, pequenos comerciantes etc..., o MDB estabelece uma margem de vantagem de 10% a 17% sobre a Arena. A população operária nestes distritos é minoritária, e os bairros são bastante carentes de «equipamentos urbanos». Os nomes de Ivone Borges Botelho e Obregon Gonçalves, da Arena, e de Wilson Piazza, Paulo Ferraz e Vera Coutinho, do MDB, estão entre os mais votados nestes distritos. Os três primeiros têm o mesmo estilo de fazer política, isto é, cultivam boas relações com o prefeito e com a burocracia da Prefeitura e dão conta de sua «clientela». Paulo Ferraz e Vera Coutinho são respectivamente filho e irmã de dois deputados do MDB — Jorge Ferraz, o pai, da direção regional do MDB, é uma espécie de Ademar de Barros local, oportunista «hasta siempre». Júnia Marise, a deputada, é um dos olhos e ouvidos do governo estadual dentro do MDB-MG.

Nos distritos 08, 09, 13, 15, 17, e 18, que abrangem a chamada periferia urbana, o MDB obteve vantagens sobre a Arena que variaram de 20% a 35%, embora tenham aí sido bem votados os vereadores reeleitos Obregon Gonçalves e Ivone Borges Botelho, da Arena. A massa da população operária mora nos bairros e vilas que figuram nesses distritos.

Destaque especial, por paradoxal que possa parecer, é o da reeleição de Alvaro Antônio, da Arena (ver matéria anexa «Vereador tem que trabalhar no balcão da Prefeitura»). Nos distritos 10 e 11 (Barreiro) e 16 (Vale do Jatobá), de forte concentração operária, porém com predomínio de camadas médias pobres, a Arena obteve vantagens de 35%, 18% e 22% respectivamente. A Arena perdeu em 15 dos 18 distritos, mas boa parte dos nove vereadores que ela elegeu teve seus redutos formados na base da manipulação da «política pública».

(Obs.: sobre o desempenho do MDB no período pré-eleitoral, veja debate promovido pelo De Fato publicado no número 7.)

(1) Movimento, nº 75



Mansil MAIS PERIGOSO PARA O HOMEM DO QUE PARA O SCHISTOSOMA

O Ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, pretende lançar sobre os brasileiros uma droga — o Mansil — divulgada como eficaz contra a esquistossomose, doença que ataca mais de 10 milhões de brasileiros. Mas segundo a própria bula da droga — o guia do consumidor — sua ação não mata o parasita, causa apenas uma subversão entre os vermes no período de uso do Mansil, nome comercial do produto farmacêutico, lançado pela multinacional britânica Pfizer. Em ratos, esta ação se limita a deslocar os parasitas das veias intestinais para o fígado e alterar a quantidade e forma dos ovos eliminados pela fêmea. Em macacos, há redução do número de ovos do verme. A ação da droga não elimina o parasita, como parece acreditar o ministro, ao afirmar que lançará o produto para consumo em massa no início de 1977.

Por outro lado, já existem vários pesquisadores, cientistas, que chegaram à conclusão de que o Mansil é 100% ineficiente. Segundo estes pesquisadores, após cinco meses de uso do produto, os doentes voltam a eliminar ovos do parasita que ficaram latentes neste período. Oficialmente estes pesquisadores (que no Brasil vão se tornando cada vez mais raros), apresentarão seus trabalhos no próximo encontro sobre doenças tropicais

MANSIL®
oxamniquine
CÁPSULAS

Mansil (oxamniquine) é um novo medicamento utilizado em dose única por via oral para o tratamento de infecções por *Schistosoma mansoni*. É um esquistossomicida da série das tetrahydroquinolinas e sua aparência macroscópica é de um sólido alaranjado claro. A suspensão é amarelo-clara com líquido de cor laranja sobrenadante. Corresponde quimicamente ao 6-hidroximetil-2-isopropilaminometil-7-nitro-1,2,3,4-tetrahydroquinolina, cuja fórmula estrutural é:

AÇÃO

Na experimentação animal (ratos) Mansil (oxamniquine) provocou pronunciado deslocamento do *S. mansoni* das veias mesentéricas para o fígado, bem como intenso efeito sobre a quantidade e a forma dos ovos postos pela fêmea da espécie. Estudos, em macacos infectados por *S. mansoni*, demonstraram que Mansil (oxamniquine) reduz significativamente o número de ovos do parasita. Característica importante de Mansil (oxamniquine), distinguindo-o de todas as outras drogas esquistossomicidas disponíveis atualmente, é o fato de ser ativo nas formas imaturas de *S. mansoni*.

INDICAÇÕES

Mansil (oxamniquine) é indicada no tratamento de todas as formas clínicas de infecções por *S. mansoni*, sintomáticas ou assintomáticas, tanto em crianças como em adultos. Mansil (oxamniquine) é eficaz tanto no início da fase aguda da moléstia quanto na fase crônica com comprometimento hepatoesplênico devido a sua atividade nas formas maduras e imaturas do verme.

• Marca de Pfizer Inc.

com amplas pesquisas sobre a droga, inclusive sua capacidade de gerar brasileiros monstruosos (já que o Brasil é o único país onde a multinacional lançou a droga e foi licenciada). Mesmo assim, a bula diz que o produto pode ser usado em brasileiras grávidas. Sabe-se ainda que a droga foi testada em um nú-

mero insuficiente de casos — cerca de 700 — ao ser lançada pelo SNFMF (Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia), segundo publicação no jornal Movimento nº 52. Mesmo assim, a droga está sendo consumida indiscriminadamente, sendo vendida sem receita médica.

CIÊNCIA OU INCONSCIÊNCIA?

Para o professor de farmacologia da Faculdade de Medicina da UFMG, Dr. Dalton Luiz Ferreira Alves, a questão fundamental de todas as deficiências entre alunos e aqueles que estão entrando na vida profissional é a falta de base científica ou seja: a inconsciência sobre problemas fundamentais. Afirma que sua matéria, farmacologia, é aplicada de forma muito didática, que as aulas práticas são precárias, deixando o estudante à parte de uma realidade palpável quanto à história das drogas, seus efeitos e malefícios, limitações ao uso. E que a pesquisa a nível de biblioteca é precária, quase nula (1).

Continuando, o professor da UFMG admite que o ensino vem caindo gradativamente nos últimos anos e, deste modo, favorecendo a atuação da indústria farmacêutica, permitindo-lhe lançar qualquer produto para ser, em seguida, «receitado» por estudantes, médicos, farmacêuticos, balconistas, e até mesmo entre amigos.

E qual é a do SNFMF, o responsável pela licença das drogas lançadas no mercado? Na opinião do professor Sebastião Soares Leal do Hospital das Clínicas da UFMG, este é um órgão fantasma, inoperante ao extremo. Diz ainda: «Só vejo

este SNFMF escrito nas caixas de remédios. Nós nem podemos falar que é um órgão corrupto, pois nem sabemos quem é o chefe, onde é a sede, como age. Penso mesmo que haveria até um certo interesse em que sua divulgação seja limitada para que não seja requisitado a tomar frente ao problema da «poluição medicamentosa». Não sei se existe aqui em Minas uma representação deste órgão. Só sabemos que este SNFMF dá licença para os medicamentos serem lançados ao consumo, inclusive produtos cosméticos, dietéticos e outros. Só pelo número excessivo de drogas que existe no mercado pode-se afirmar sua inoperância».

(2).

Este tipo de burla já se tornou rotina, pois várias drogas que constam da lista de medicamentos perigosos, de uso limitado, publicada pela FDA, órgão de controle de consumo de drogas e alimentos dos EUA, são consumidos no Brasil, como o caso de Mansil, usado indiscriminadamente em nosso País.

E assim o povo brasileiro continua sendo burlado...

1) A maioria das publicações são de língua inglesa. Isto é tão comum, que um conferencista da Universidade de Brasília, Dr. Isaac Roitmann, falando aos participantes da VIII Semana Mineira de História Natural e Ciências Biológicas promovida pela UFMG, disse que «não existe publicação decente escrita em português. O negócio para ter crédito é ser lido, tem que ser escrito em inglês, se a gente quiser ser lido, inclusive pelos próprios brasileiros».

2) Ver entrevista concedida a Corélio, Heloísa e Márcia Lage da equipe do DE FATO nº 8.